

<https://doi.org/10.20396/rbest.v3i00.13792>

ARTIGO

A Era Lula, Celso Furtado e a economia política do crescimento com inclusão social

*Vinicius Gomes Lobo**

*Felipe Vella Pateo***

Resumo

Este artigo visa ajudar a compreender melhor a Era Lula, um período em que ocorreu um intenso e surpreendente processo de inclusão social no Brasil. Para tal, são resgatados elementos da obra de Celso Furtado, porque em sua fase pós-estagnacionista a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda ganha maior peso na sua análise e porque essa relação e os seus determinantes estiveram na base do processo inclusivo da Era Lula. Esse processo se baseou no aumento da renda ancorado no desempenho do mercado de trabalho, um processo claramente vinculado à dinâmica econômica. Porém, é importante destacar que tal desempenho vinculou-se não só à magnitude, mas sobretudo à forma como se expandiu a produção. É na definição do perfil de expansão (padrão de acumulação) e de sua influência sobre o mercado de trabalho que residem os principais determinantes da relação entre crescimento e distribuição, tão bem mapeados por Furtado.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Subemprego estrutural; Inclusão social; Brasil.

JEL: J21, J23, O15, Z13.

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8450-561X>
E-mail: viniciuslobo87@gmail.com

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0754-2051>
E-mail: felipe.pateo@gmail.com



The Lula era, Celso Furtado and the political economy of growth with social inclusion

Abstract

This article aims at helping to better understand the Lula era, a period in which an intense and surprising process of social inclusion took place in Brazil. To this end, elements of Celso Furtado's work are rescued, because in his post-stagnationist phase the relationship between economic growth and income distribution gains greater weight in his analysis and because this relationship and its determinants were at the base of the inclusive process of the Lula era. This process was based on the increase in income anchored to the performance of the labour market, a process linked to economic dynamics. However, it is important to note that such performance depended not only on the magnitude, but above all on the way in which production expanded. It is in the definition of the expansion profile (accumulation pattern) and its influence on the labour market that lie the main determinants of the relationship between growth and distribution, so well mapped out by Furtado.

Keywords: Labor market; Structural underemployment; Social inclusion; Brazil.

La era Lula, Celso Furtado y la economía política del crecimiento con inclusión social

Resumen

Este artículo pretende ayudar a comprender mejor la era Lula, un período en el que se produjo un intenso y sorprendente proceso de inclusión social en Brasil. Para ello, se rescatan elementos de la obra de Celso Furtado, porque en su etapa postestancacionista la relación entre crecimiento económico y distribución de la renta adquiere mayor peso en su análisis y porque esta relación y sus determinantes estuvieron en la base del proceso inclusivo de la era Lula. Este proceso se basó en el aumento de la renta anclado en el desempeño del mercado laboral, un proceso vinculado a la dinámica económica. Sin embargo, es importante señalar que ese desempeño dependía no sólo de la magnitud, sino sobre todo de la forma en que se expandía la producción. Es en la definición del perfil de expansión (patrón de acumulación) y su influencia en el mercado laboral donde residen los principales determinantes de la relación entre crecimiento y distribución, tan bien trazada por Furtado.

Palabras clave: Mercado de trabajo; Subempleo estructural; Inclusión social; Brasil.

L'ère Lula, Celso Furtado et l'économie politique de la croissance avec inclusion sociale

Résumé

Cet article vise à aider à mieux comprendre l'ère Lula, une période au cours de laquelle un processus intense et surprenant d'inclusion sociale a eu lieu à Brésil. À cette fin, des éléments du travail de Celso Furtado sont sauvés, car dans sa phase post-stagnationniste, la relation entre la croissance économique et la distribution des revenus prend plus de poids dans son analyse et parce que cette relation et ses déterminants étaient à la base du processus d'inclusion de l'ère Lula. Ce processus reposait sur l'augmentation des revenus ancrée dans les performances du marché du travail, un processus lié à la dynamique économique. Toutefois, il est important de souligner que cette performance dépendait non seulement de l'ampleur, mais surtout de la manière dont la production s'est développée. C'est dans la définition du profil d'expansion (modèle d'accumulation) et son influence sur le marché du travail que résident les principaux déterminants de la relation entre croissance et distribution, si bien décrite par Furtado.

Mots clés: Marché du travail; Sous-emploi structurel; Inclusion sociale; Brésil.

Introdução

Entre 2003 e 2014 o Brasil experimentou um forte processo de distribuição de renda e redução da pobreza, num ritmo e numa regularidade que não se via desde os melhores anos do trabalhismo getulista, na década de 1950. O Gini cai continuamente, saindo de 0,596 em 2003 para 0,518 em 2014, assim como as taxas de pobreza e pobreza extrema, que saíram, respectivamente, de 15,18% e 35,75% em 2003 para 4,20% e 13,29% em 2014.¹ Após quase três décadas de paralisia,² em aproximadamente 12 anos a pobreza é reduzida a quase 1/3, com a miséria beirando a erradicação, e a desigualdade medida pelo Gini muda de patamar. Os resultados destacam-se não só pela magnitude e regularidade ao longo do período, mas também pelo contraste com a estagnação anterior.

Contribuir para melhor compreender esse período, em que ocorreu esse intenso processo de inclusão social, é o que se propõe aqui. E a proposta é fazer isso resgatando elementos da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, sobretudo em sua fase “pós-estagnacionista”,³ porque, nessa fase, a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda ganha importância na sua análise e porque essa relação e os seus determinantes estiveram na base do processo inclusivo do período 2003-14. Conforme se encontra hoje exaustivamente evidenciado, o aumento da renda do trabalho foi o grande vetor de inclusão social desse período. Foi mormente graças a maiores ganhos no âmbito do trabalho que as pessoas ascenderam socialmente. E para nós, como se discutirá melhor a seguir, esse aumento guarda forte vínculo com o desempenho do mercado de trabalho, o que significa que se trata de um processo vinculado à economia, pois tal desempenho depende essencialmente da dinâmica de expansão econômica. Entretanto, é importante destacar que o desempenho do mercado de trabalho depende não só da magnitude, mas, sobretudo da forma como cresce a economia, e é justo aí, na definição da forma de expansão ou do padrão de acumulação e da sua influência sobre o mercado de trabalho, que residem os principais determinantes da relação entre crescimento e distribuição, tão bem mapeados por Furtado, especialmente em sua fase pós-estagnacionista, na análise da dinâmica da economia brasileira.

¹ Os indicadores de pobreza e desigualdade apresentados aqui têm como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) e foram retirados do Ipeadata (acessível em: www.ipeadata.gov.br).

² Sobre a dinâmica da desigualdade e da pobreza entre 1970 e 1990, ver Barros, Henriques, e Mendonça (2000), Hoffmann (1998), e Neri (1997).

³ Parece fora de questão que “a reflexão sobre a relação entre distribuição de renda e crescimento [...] viria a se tornar central no pensamento de Furtado após 1964” (Bielschowsky, 1998, p. 156). Especificamente sobre esse “segundo momento” da obra de Furtado ainda há debate, no qual damos razão a Coutinho (2019), que vê mais continuidade do que ruptura entre o que se tem chamado de fases estagnacionista e pós-estagnacionista. Ainda assim, nos referimos a tal fase da sua obra, na falta de uma denominação mais adequada, como “fase pós-estagnacionista”.

Assim, por se tratar de um processo inclusivo baseado no aumento da renda do trabalho, por esse aumento ter tido o desempenho do mercado de trabalho como fator fundamental e por tal desempenho depender do perfil do crescimento econômico, a possibilidade de entender a contento o processo de inclusão social na “Era Lula”⁴ passa necessariamente pela análise dos determinantes da relação entre crescimento e distribuição. Desse modo, a proposta deste artigo é revisitar a análise político-econômica de Furtado, num momento de sua obra em que os determinantes da relação entre crescimento e distribuição assumem um maior protagonismo, a fim de tentar encontrar aí chaves analíticas para construir uma hipótese que ajude a explicar porque, de 2003 a 2014, a economia brasileira, num processo contraintuitivo ao seu “DNA”,⁵ cresceu aumentando os ganhos dos trabalhadores e, graças a isso, promoveu um intenso processo de inclusão social.

Em outras palavras, este artigo visa elaborar, a partir da ótica pós-estagnacionista furtadiana e da revisão de alguns indicadores econômicos e sociais, uma hipótese de trabalho que contribua para a compreensão da relação entre crescimento econômico e inclusão social na Era Lula. Ressaltamos que o que estamos propondo aqui é apenas contribuir para a construção de uma hipótese de trabalho. Apresentaremos alguns indícios que apontam no sentido da sua validade, mas não apresentaremos evidências exaustivas. Tal validação requereria um maior aprofundamento em algumas linhas de análise, conforme, inclusive, indica-se ao final do texto. Este artigo, portanto, visa construir uma hipótese de trabalho e propor uma agenda de pesquisa que a desenvolva.

Compõem o texto, além dessa introdução, quatro seções. A primeira tem por objetivo melhor contextualizar a inclusão social da Era Lula, destacando o seu vínculo com o desempenho do mercado de trabalho. Na segunda partimos de fato para a construção da hipótese explicativa, o que é feito por meio da revisão dos determinantes da relação entre crescimento, mercado de trabalho e distribuição no Furtado pós-estagnacionista. Na terceira, a partir de indicadores de perfil de demanda, acumulação e emprego, apresentamos alguns indícios que apontam para a validade da hipótese proposta. A quarta conclui o texto propondo uma agenda para que a discussão realizada aqui avance e ganhe corpo.

⁴ Em sua classificação, Barbosa (2014, p. 135) defende que a Era Lula “não se refere apenas ao governo Lula, mas a um conjunto de movimentos por ele detonados, os quais geram ações e reações por parte da sociedade, vice-versa”. Ele não delimita um período temporal para tal “Era”, mas optamos por fazê-lo: 2003 a 2014. Ainda que o movimento que aqui se analisa – um processo de inclusão social baseado em tendências do mercado de trabalho – comece a se retrair, por decisões político-econômicas, já no início da gestão Dilma, o processo inclusivo persiste ao longo do seu primeiro mandato. Para uma explicação mais detalhada sobre esse processo de “retração” na primeira gestão Dilma, ver Lobo e Anze (2017).

⁵ “Dinamizar a renda ao mesmo tempo em que a concentração da renda diminuía [...] foi um resultado importante do período petista. Essa trajetória questionou o DNA brasileiro de fazer a economia crescer concentrando renda, que tende a prevalecer no país” (Tânia Bacelar citada por Ramos, 2019, fevereiro 24, p. 1).

1. Um processo de inclusão social assentado no desempenho do mercado de trabalho

Antes de iniciar a discussão, é importante que se faça uma rápida ressalva quanto ao que se está entendendo aqui como “inclusão social”. Tal qual se antecipa na introdução, nossa abordagem restringe-se apenas aos indicadores de pobreza (e pobreza extrema) e desigualdade, medidos a partir do grau acesso a renda. É um entendimento que leva em consideração apenas a renda. Estamos trabalhando, assim, com um conceito limitado de inclusão social, pois, como demonstra a evolução nacional e internacional dos debates,⁶ a superação da pobreza e da desigualdade envolve também outras dimensões, como, por exemplo, o acesso a saúde, cultura e educação. Estamos, portanto, falando de inclusão social num sentido limitado, pois estamos tomando-a como um fenômeno determinado apenas pelo grau de acesso familiar a rendimentos monetários.

Nesse sentido, os resultados inclusivos do período 2003-2014 já foram mencionados acima e nesta seção os apresentaremos de maneira sumária, conforme tabela abaixo (Tabela 1). A fim de tentar tornar mensurável a sua magnitude, apresentaremos também os dados relativos aos dois períodos de doze anos imediatamente anteriores, que são os de 1992 a 2003 e 1981 a 1992. Os três indicadores apresentados foram calculados pelo IPEA com base em dados de renda domiciliar per capita da PNAD/IBGE.

Tabela 1. Proporção de pobres e de miseráveis e coeficiente de Gini. Variação relativa entre os anos.
Brasil: 1981, 1992, 2003 e 2014.

	1981	1992	2003	2014	Δ 92/81	Δ 03/92	Δ 14/03
Abaixo da linha de pobreza	40,79%	42,09%	35,75%	13,29%	+3,19%	-15,06%	-62,83%
Abaixo da linha de miséria	17,25%	19,97%	15,18%	4,20%	+15,77%	-23,99%	-72,33%
Desigualdade (Gini)	0,584	0,583	0,583	0,518	-0,29%	+0,09%	-11,16%

Fonte: IBGE-PNAD. (Dados retirados do Ipeadata, elaboração própria).

⁶ Formas mais abrangentes de se abordar a pobreza e a desigualdade vêm sendo defendidas desde o início da segunda metade do século passado – com um protagonismo, inclusive, da CEPAL e de Furtado, conforme aponta Rezende (2013) – mas foi com a edição e publicação, em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, que continha os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Pobreza Humana (IPH), que esse tipo de visão se cristalizou. Merecem menção aqui, por sua importância nesse debate a nível global, os trabalhos de Amartya Sen e Mahbub Ul Haq. No Brasil, a discussão sobre a multidimensionalidade ganhou força com o avanço, no final dos anos 2000, do combate à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, o que estimulou a busca por métodos mais completos de se entender e tentar afrontar esses problemas. Um marco importante nessa discussão é a publicação do livro *Nova classe média?* de Pochmann (2012), em resposta, sobretudo, a *A nova classe média* de Neri (2011). Consideramos importantes também para essa discussão no âmbito nacional as contribuições de Barros, Carvalho e Franco (2006), Dedecca (2007), Oliveira (2010) e Jannuzzi *et al.* (2014).

Em si mesmos, os resultados do período 2003-2014 já seriam expressivos, mas quando os vemos em comparação com os resultados do quarto de século que o antecedeu, tornam-se ainda mais significativos. A desigualdade, que por quase três décadas permaneceu imóvel em torno de 0,60, passa para a casa dos 0,50 e a pobreza e a pobreza extrema, que vinham crescendo de 1970 até 1990 – quando têm importante queda no momento de implantação do Plano Real, caem de maneira brusca: -62,83% e -72,33%.

Ainda que alguns estudos⁷ – baseados em metodologias que consideram não apenas informações de pesquisas domiciliares, como as da PNAD/IBGE, mas também registros tributários da Receita Federal – indiquem que a diminuição da desigualdade não foi tão acentuada, sobretudo em relação ao topo (1%) da pirâmide, é evidente a existência de um afluxo de renda para a base da pirâmide social, num ritmo intenso e sustentado, historicamente marcante. Segundo cálculos do IPEA, com base em dados da PNAD/IBGE,⁸ após quase 25 anos estagnada na casa dos 13%, a proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao grupo dos 50% mais pobres da população segundo a renda domiciliar per capita teve um crescimento de quase 30% (28,67%), passando de 13,22% de participação, em 2003, para 17,01% em 2014. Já a proporção de renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao grupo dos 20% mais ricos caiu quase 10% (9,51%), de 62,46% para 56,52%, após ficar desde 1979 na casa dos 62%. A Tabela 2 apresenta esses fluxos de maneira mais esquemática.

Tabela 2. Proporção de renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 50% mais pobres da população segundo a renda domiciliar per capita. Variação relativa entre os anos.

Brasil: 1981, 1992, 2003 e 2014.

	1981	1992	2003	2014	Δ 92/81	Δ 03/92	Δ 14/03
20% mais rico	62,78%	62,13%	62,46%	56,52%	-1,04%	+0,53%	-9,51%
50% mais pobre	13,14%	13,10%	13,22%	17,01%	-0,30%	+0,92%	+28,67%

Fonte: IBGE-PNAD. (Dados retirados do Ipeadata, elaboração própria).

Os indicadores confirmam, sobretudo quando feita uma comparação histórica, a existência de um processo de inclusão social entre 2003 e 2014. Por trás desses percentuais encontram-se milhões de pessoas, ao todo foram quase 50 milhões que deixaram a pobreza ou ascenderam entre os estratos econômicos da classe trabalhadora. E a base desse processo foi o crescimento da renda do trabalho. Uma pesquisa cujos resultados são elucidativos quanto a isso – a centralidade da renda do trabalho para o processo inclusivo dos anos 2000 – encontra-se publicada no Comunicado IPEA nº 155 (2013) e se intitula “A década inclusiva”.

⁷ Ver, por exemplo, Medeiros, Souza, e Castro (2015), Souza (2016), ou Morgan (2017).

⁸ Indicadores elaborados e divulgados pelo Ipeadata (acessível em: www.ipeadata.gov.br).

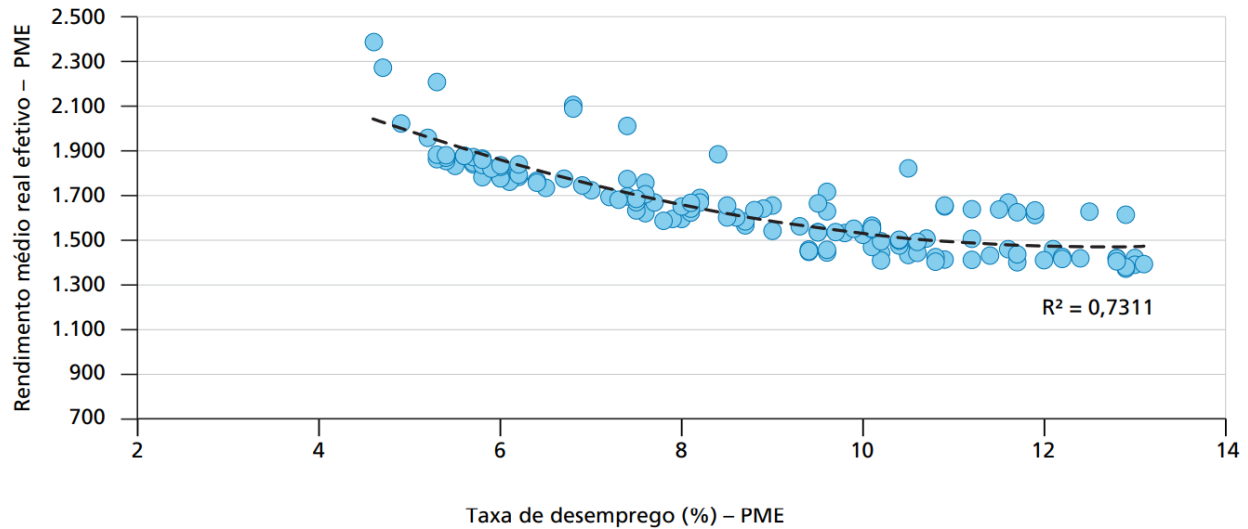
Nela, com base em análise de dados da PNAD/IBGE, afere-se que quase 80% do crescimento da renda domiciliar média mensal no período teve como fonte a renda do trabalho, enquanto a Previdência Social, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) responderam pelo resto. Conforme consta no texto (IPEA, 2013, p. 9):

As fontes de renda [...] conforme seu papel relativo [...] na década, podem ser avaliadas pelo seu impacto na renda média, para que tenhamos condições de avaliar o montante de recursos envolvidos em cada uma delas: Trabalho (76%), Previdência (21%), Bolsa Família (2%), Benefício de Prestação Continuada (2%) e Outras Rendas (-3%).

Uma série de outras decomposições, algumas sobre o papel relativo das fontes de renda nas quedas específicas da desigualdade, pobreza e miséria são apresentadas ao longo da referida pesquisa e todas apontam, tal qual as informações expostas na citação acima, para um protagonismo distributivo da renda do trabalho.

Outras pesquisas importantes confirmam o protagonismo distributivo da renda do trabalho, mas, além disso, destacam também que na raiz desse protagonismo encontra-se o desempenho do mercado de trabalho. A CEPAL, em relatório que trata do desenvolvimento social na América Latina nos anos 2000, defende que foi o mercado de trabalho o núcleo do combate à pobreza e à desigualdade no Brasil (CEPAL, 2015, pp. 35-36). Cardoso Jr. e Hamasaki (2014, p. 45), em publicação do IPEA, destacam a forte correlação entre distribuição/mobilidade social e estruturação do mercado de trabalho. Para Fagnani e Calixtre (2017, p. 32) é “crucial observar que um dos motivos determinantes desse fenômeno [inclusão] foi [...] a priorização das demandas do mercado de trabalho”.

Amitrano (2015), em análise feita a partir da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME/IBGE) para o período 2002-2013 – período similar ao analisado aqui – mostra que quanto maior o salário médio real, menor a taxa de desemprego (Gráfico 1), ficando evidente que a redução do desemprego aberto contribui para a elevação dos rendimentos efetivos do trabalho. Além disso, ao fazer referência aos dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), o autor constata que “há relação positiva entre o estoque de emprego formal e os salários reais” (Amitrano, 2015, p. 19). Nota-se, portanto, uma forte correlação positiva entre a geração de empregos e a elevação do rendimento médio do trabalho entre 2002 e 2013 no Brasil.

Gráfico 1. Relação entre desemprego e salário real. Brasil: 2002-2013.

Fonte: IBGE-PME. Retirado de Amitrano (2015, p. 19).

As pesquisas mencionadas anteriormente e os dados apresentados a seguir proveem um conjunto de evidências da influência decisiva do desempenho do mercado de trabalho sobre o crescimento da renda real do trabalho. Contudo, é preciso destacar que tal influência se deu de maneira conjunta com a política de valorização do salário mínimo. Não se discutirá aqui o peso relativo de cada um nos ganhos da renda do trabalho, assumindo-se uma influência central e conjunta e complementar desses dois fatores. Apesar de já existirem algumas publicações que abordam de alguma maneira essa questão,⁹ não há uma análise que se aprofunde no peso específico de cada um desses fatores sobre a renda do trabalho entre 2003 e 2014 e, em geral, os dois são destacados de maneira conjunta. Esse reconhecimento de uma influência conjunta, entretanto, para nós, não inviabiliza o foco dado aqui ao desempenho do mercado de trabalho.

Revisemos, então, por meio de seus principais indicadores, o desempenho do mercado de trabalho de 2003 a 2014.¹⁰ No caso deste mercado em particular, da mercadoria trabalho, a oferta é dada de maneira direta pela população economicamente ativa (PEA), que é o total de pessoas dispostas a trabalhar num determinado momento do tempo, estejam elas ocupadas ou não. É a força de trabalho imediatamente disponível (C. A. Ramos, 2012, p. 33). Já em relação à procura, na economia brasileira, há diferentes formas de ocupação, a maioria delas não vinculadas a estabelecimentos comerciais que oferecem vagas de emprego (conta

⁹ Por exemplo, Saboia (2015), Alessandra, Foguel e Kerstenetzky (2017) e Saboia e Hallak Neto (2018).

¹⁰ Resumimos aqui, com algumas revisões, uma análise apresentada em artigo publicado na *Revista da ABET*, intitulado "Economia Política do trabalho na Era Lula" (Lobo, Anze, & Pateo, 2019).

própria, trabalho doméstico, trabalho não-remunerado). A procura de trabalho precisa assim ser abordada de uma maneira mais ampla, indo além do emprego, o que será feito aqui seguindo a um conceito que tem sido utilizado por Baltar e Leone (2015), o de “oportunidade ocupacional”, o qual está dado nos resultados da população ocupada (PO). A Tabela 3 expõe a evolução da oferta e da procura de trabalho, de acordo com os conceitos expostos acima.

Tabela 3. População economicamente ativa (PEA) e população ocupada (PO). Variação absoluta e relativa.
Brasil: 1992, 2003 e 2014.

	1992	2003	2014	Δ 03/92 (a)	Δ 14/03 (b)	Δ b/a
PO	61.669.263	79.036.478	96.848.803	17.367.215 (+28,16%)	17.812.325 (+22,54%)	2,56%
PEA	65.897.145	87.557.348	104.058.896	21.660.203 (+32,87%)	16.501.548 (+18,84%)	-23,82%

Fonte: IBGE-PNAD. (Dados retirados do Ipeadata, elaboração própria).

Entre 2003 e 2014, segundo a PNAD, o número de pessoas ocupadas cresceu 22,54% (1,87% ao ano), com a “criação” de 17.812.325 novas oportunidades de ocupação. Quando se compara com a expansão da PO no período 1992-2003, de 28,16% (2,56% ao ano), os resultados da procura por trabalho, no período 2003-2014, podem ser considerados modestos. Assim, do ponto de vista das oportunidades ocupacionais, a atividade econômica expandiu de maneira modesta a procura por trabalho entre 2003 e 2014.

À luz da lei da oferta e da procura e do crescimento da renda do trabalho, uma expansão modesta como essa pode parecer estranha, contudo, nesse período, viveu-se uma queda na taxa de participação, o que fez com que a PEA ou a oferta de força de trabalho crescesse num ritmo mais lento que o da PO. Entre 2003 e 2013, a taxa de participação saiu de 67,8% das pessoas em idade ativa (PIA) para 65,4%, uma queda de 2,4%, subindo para 66,4% em 2014, já sofrendo os efeitos da crise econômica; entre 1992 e 2003, a mesma ficou praticamente estável, passando de 68,2% para 67,8%. Graças a essa queda, a PEA vai se expandir apenas 18,84% no período, com média de 1,57% ao ano, o que representa a entrada no mercado de 16.501.548 novas pessoas dispostas a trabalhar. Tal ritmo de ampliação pode ser considerado lento vis-à-vis o ritmo de ampliação da PEA nos doze anos anteriores, da ordem de 32,87%, em média 2,74% ao ano.

Olhando esses movimentos da PO e da PEA no mercado de trabalho, somos levados a inferir que o baixo ritmo de crescimento da PEA teve um papel decisivo no desempenho do mercado do trabalho e no processo de crescimento da renda do trabalho entre 2003 e 2014, já que a PO cresceu relativamente menos nesse período do que entre 1992 e 2003. Nos anos

entre 1992 e 2003, mesmo com uma expansão um pouco mais forte da PO, a renda do trabalho se deteriorou, com a PEA crescendo num ritmo mais forte. Conforme mostra a Tabela 3, o crescimento absoluto da PO foi parecido nos dois períodos; já no que se refere à PEA, o aumento em termos absolutos foi bem menor no segundo período.¹¹

A queda na taxa de crescimento da PEA foi, assim, uma tendência marcante do período 2003-2014. Temos aqui, portanto, uma clara determinação, pelo lado da oferta de força trabalho. Contudo, tal fato não deve nos levar a deixar de lado a evolução da procura, pois, apesar da PO ter crescido de maneira modesta, também foi decisiva para o desempenho do mercado de trabalho nesse período. E isso ocorreu porque, apesar de quantitativamente modesta, a demanda por força de trabalho teve, entre 2003 e 2014, uma notável evolução do ponto de vista qualitativo. É preciso, agora, por conseguinte, deixar de considerar a ocupação de maneira uniforme, sob o conceito de oportunidade ocupacional, e atentar para a natureza do crescimento da PO (Tabela 4).

Enquanto no período 1992-2003 o crescimento da ocupação pulverizou-se entre praticamente todas as formas de ocupação, no período 2003-2014, esse crescimento concentrou-se no emprego com carteira, responsável por 82% das novas ocupações, ao qual, se somarmos os resultados do emprego público e do trabalho doméstico com carteira, temos o fato de que *o emprego formal representou 94% das oportunidades criadas*. Ao mesmo tempo, ocupações mais precárias, como o trabalho não remunerado, o trabalho doméstico sem carteira e o emprego sem carteira contraem-se, e apenas o trabalho por conta própria cresce, mas num ritmo 36% menor que no período 1992-2003.

10

¹¹ Uma interessante estimativa feita por Baltar e Leone (2015, pp. 55-56) ajuda a ilustrar a importância do ritmo de crescimento PEA entre 2003 e 2014: "A importância da queda na taxa de participação [e, conseqüentemente, do ritmo de crescimento da PEA] é ilustrada estimando o que teria ocorrido com o desemprego caso a ampliação verificada das oportunidades ocupacionais tivesse sido acompanhada de crescimento da PEA no mesmo ritmo do crescimento da PIA. Nesse pressuposto, o número de desempregados aumentaria 10,2% no período e a taxa de desemprego diminuiria de 9,1% para 8,8%, uma redução muito menor do que a realmente verificada [de 9,1% para 6,6%]. Já no caso da população ocupada se ampliar em um ritmo de 1,75%, mantendo a mesma taxa de participação de 2004 em 2013, ocorreria uma redução do número de desempregados de 13%, com a taxa de desemprego diminuindo de 9,15 para 7%, no período. Ou seja, uma ampliação mais intensa das oportunidades ocupacionais não teria provocado queda tão importante na taxa de desemprego, como a realmente verificada, a partir do crescimento mais modesto da população ocupada e diminuição da taxa de participação" [com sua conseqüência direta da diminuição no ritmo de crescimento da PEA]. Assim, para os autores, a queda da taxa de participação e a sua influência no crescimento da PEA "fez que a [mesmo] modesta ampliação das oportunidades ocupacionais provocasse uma expressiva redução, de 18,8%, no número de pessoas desempregadas, fazendo a taxa de desemprego diminuir de 9,1% em 2004 para 6,6% em 2013" (Baltar & Leone, 2015, p. 55). Não houvesse tal movimento no âmbito da oferta de trabalho, como ilustrado pela estimativa citada acima, teríamos um contingente maior de desempregados pressionando o mercado de trabalho, o que, conseqüentemente, influenciaria de maneira negativa as condições de ocupação.

Tabela 4. Número de ocupados por posição na ocupação. Variação relativa entre os anos.
Brasil: 1992, 2003 e 2014.

	1992	2003	2014	Δ 2003/1992	Δ 2014/2003
Empregado no setor público	3.950.186	5.332.062	7.090.064	35%	33%
Empregado com carteira	19.249.479	24.129.089	38.762.217	25%	61%
Empregado sem carteira	10.097.067	14.161.990	14.108.041	40%	0%
Conta própria	13.950.387	17.925.757	20.465.642	28%	14%
Empregador	2.399.024	3.383.403	3.694.250	41%	9%
Trabalhador doméstico c/ carteira	754.171	1.675.835	2.051.547	122%	22%
Trabalhador doméstico s/ carteira	3.281.915	4.420.915	4.341.616	35%	-2%
Não remunerado	4.917.970	4.698.206	2.300.730	-4%	-51%
Total	58.600.199	75.727.257	92.814.107	29%	23%

Fonte: IBGE-PNAD. (Dados retirados do Ipeadata, elaboração própria).

O emprego formal dominou quase que por inteiro a dinâmica da procura por trabalho entre 2003 e 2014. Ou como dizem Baltar, Souen e Campos (2017, p. 1), “o aspecto marcante [...] não foi um aumento desproporcional do total de oportunidades ocupacionais, mas sim o forte crescimento do emprego formal”. A demanda por trabalho foi marcada, portanto, pelo emprego formal. O impacto disso na melhoria da renda do trabalho é explícito, já que se trata de ocupações com carteira de trabalho ou reguladas por regimes estatutários (e todas as suas garantias de proteção social) e cujo padrão de remuneração é superior a todas as demais posições na ocupação, com exceção apenas dos empregadores. Tivesse esse mesmo predomínio se dado em posições ocupacionais mais precárias, ou caso se tivessem repetidos os resultados dos 12 anos anteriores, em que se destacaram o trabalho doméstico, o trabalho por conta própria e o emprego informal, seria completamente diferente a evolução da renda do trabalho. Assim, os resultados em nível de remuneração, têm, claramente, relação direta com esse predomínio do emprego formal na expansão da ocupação entre 2003 e 2014.

É fundamental que se tenha na devida conta o impacto dessa forte expansão do emprego formal sobre o lado da oferta de mão de obra, isto é, sobre a tendência de queda na taxa de crescimento da PEA. Conforme apresentado acima, segundo a PNAD/IBGE, a queda no ritmo de crescimento da PEA entre 2003 e 2014 coincide com uma diminuição de mais de 2% na taxa de participação e esta última, como é de ciência geral, é uma variável que depende da realidade econômica e/ou sociocultural e não da realidade demográfica. Como diz Wajnman (1997, p. 13), a “componente de crescimento da PEA dada pela variação nas taxas de atividade [...] depende das condições gerais do mercado de trabalho (nível de emprego, salário real, etc.) também de fatores institucionais e socioculturais que afetam o

comportamento dos segmentos populacionais específicos.” Ao coincidir a queda no crescimento da PEA com uma queda na taxa de participação, seria natural atribuir a explicação da primeira à segunda, mas um importante estudo do Banco Central do Brasil (BCB) nos auxilia a reforçar e defender aqui essa relação, pois demonstra que a contribuição da taxa de participação para o aumento da PEA cai quase 80% nos anos 2000, ao passo que a contribuição do crescimento demográfico cai menos de 10% (BCB, 2012, p. 96). A queda na taxa de crescimento da PEA no período 2003-2014 associou-se, por conseguinte, a variações na participação e não na população, o que, em consequência, associa-se a fatores econômicos e/ou sociais.

O forte e estável crescimento do emprego formal, que, além de ter um salário médio mais elevado do que as demais formas de ocupação também carrega consigo a perspectiva de proteção social, certamente foi o fator fundamental por trás dessa diminuição da participação. Ilustra isso, a comparação com dois cenários de baixo crescimento (1992-2003) e de diminuição do estoque de emprego formal (2014-2019): uma relativa estagnação da taxa de participação até o início dos anos 2000 e a rápida reversão da tendência de queda a partir do final de 2014, quando se iniciava a deterioração do estoque de emprego formal na economia brasileira e a taxa de participação estava, segundo dados da PNAD Contínua/IBGE, em 60,7% e vai passar paulatinamente para a casa dos 62%, ao final de 2018.¹² À influência do estoque de emprego formal sobre a taxa de participação no período 2003-2014 somam-se, certamente, a ação de algumas políticas públicas, como, por exemplo, as de incentivo e apoio ao ensino superior, e é importante que se destaque isso aqui, mas não temos espaço nem é nosso objetivo aprofundar essa discussão.¹³ Para nós, basta destacar a influência do aumento do estoque de emprego formal sobre o próprio movimento da oferta de mão de obra, o que, por sua vez, reforça a base econômica das grandes tendências do mercado de trabalho entre 2003 e 2014. A natureza das tendências da oferta e da demanda no âmbito do mercado de trabalho na Era Lula vincula-se à dinâmica econômica e, dessa maneira, reforça a posição assumida aqui, que é a de procurar suas causas na lógica da acumulação, o que faremos logo a seguir.

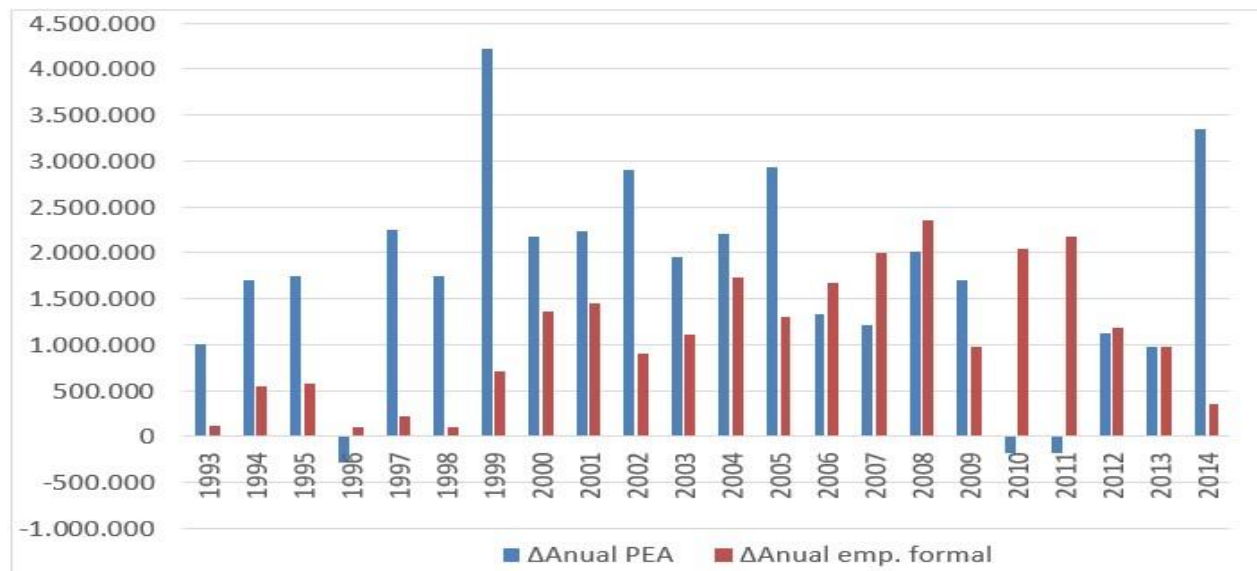
A fim de concluir essa seção, gostaríamos de ressaltar, portanto, que de acordo com os indicadores analisados acima, temos duas grandes tendências na dinâmica do mercado de trabalho entre 2003 e 2014, uma atuando pelo lado da oferta e a outra pelo lado da demanda, ambas no sentido do interesse da parte que vive da sua força de trabalho. Em conjunto, incidiram sobre o mercado de trabalho um arrefecimento no ritmo de crescimento

¹² A taxa de participação se mantém na casa dos 62% até o início da pandemia da COVID-19, quando uma série de novos e extraordinários fatores a influenciarão.

¹³ Para mais análises sobre o tema, ver Baltar *et al.* (2010), Baltar e Leone (2012) e Baltar (2015).

da oferta de mão de obra e um forte crescimento do emprego formal, ou seja, ao mesmo tempo, multiplicaram-se as boas oportunidades de ocupação e cortou-se o fluxo de pessoas procurando ocupar-se. O Gráfico 2 ajuda a deixar ilustrado o encontro dessas duas tendências, sinérgico para o interesse de quem vive da venda do seu trabalho.

Gráfico 2. Variação absoluta anual da PEA e do emprego formal. Brasil: 1992-2014.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração própria.

13

Identificadas essas duas tendências, que marcaram o desempenho do mercado de trabalho entre 2003 e 2014 e, conseqüentemente, a evolução da renda do trabalho e o processo de inclusão social, vamos agora tentar nos aproximar, através da teoria do subdesenvolvimento de Furtado, de suas raízes político-econômicas.

2. Furtado e os determinantes da relação entre crescimento e mercado de trabalho

Com base nos indicadores analisados na seção anterior, acreditamos ser possível afirmar que os resultados inclusivos do período 2003-2014 tiveram como base o aumento da renda do trabalho e que tal aumento ocorreu graças à manifestação conjunta de duas grandes tendências no âmbito do mercado de trabalho, que o levaram a ter um desempenho favorável à classe trabalhadora. Defendemos, assim, que se trata de um processo de inclusão social assentado no desempenho do mercado de trabalho.

O mapeamento dessas tendências, entretanto, por si só, não chega ao conjunto de causas ou condições que possibilitaram a sua própria emergência e reprodução enquanto fenômeno social. Para chegar a tais condições é preciso passar pela sua necessária e essencial

relação com a dinâmica da acumulação capitalista, visto que é a essa dinâmica que respondem essas tendências.¹⁴ Como defende Marx (2006, p. 741), “oferta e procura de trabalho são variáveis dependentes do processo de expansão e contração do capital [...] o mercado de trabalho ora fica relativamente deficitário, ora fica abarrotado, por expandir-se ou contrair-se a acumulação de capital.” A “variável independente é a taxa de acumulação” (Marx *apud* Furtado, 1983, p. 33). As variações e tendências no âmbito do mercado de trabalho são um resultado do processo da acumulação capitalista, têm na sua relação com a dinâmica da acumulação a sua raiz constitutiva, logo, para explicar tal tipo de tendência, é preciso chegar aos determinantes que governam essa relação ou a governaram num determinado período histórico,¹⁵ como é o objetivo neste artigo. E, para nós, ninguém compreendeu tão bem os

¹⁴ Assumimos aqui o pressuposto de que as variações e o desempenho do mercado de trabalho dependem radicalmente da dinâmica da produção e acumulação capitalista, um pressuposto que, com a exceção da teoria marginalista e seus derivados, desde Marx – que rompe com o determinismo demográfico que “corrompia” a compreensão do mercado de trabalho dos seus “colegas” de escola clássica – é adotado por diversas vertentes da teoria econômica no século XX. Sobre isso, em outra oportunidade expusemos que “o entendimento de Marx se baseia em algumas das premissas assumidas pelos economistas clássicos que o precederam – como a da influência da oferta e da demanda sobre o preço de venda da força de trabalho e a do salário de subsistência, mas se diferencia deles essencialmente por entender o mercado de trabalho como algo subordinado à dinâmica da acumulação capitalista e não à dinâmica demográfica. Ricardo e os demais clássicos assumiam a existência de um mecanismo de ajuste demográfico, que levava a oferta a ajustar-se à demanda a partir de uma associação positiva entre remuneração e crescimento demográfico. Se a demanda por trabalho cresce e assim se elevam os salários, o maior bem-estar permite às famílias serem mais numerosas e a população cresce e, conseqüentemente, a oferta se ajusta à demanda e baixam-se os salários. O mercado de trabalho ajustava-se, assim, automaticamente, graças à operação de um mecanismo demográfico, mantendo o salário sempre próximo ao nível de subsistência. Para Marx, a flutuação de oferta e demanda e dos salários nada tem a ver com a realidade demográfica, mas com a realidade da produção, com a forma através da qual, em sua expansão e diversificação, essa recruta ou expulsa os trabalhadores da atividade” (Lobo, Anze, & Pateo, 2019, pp. 91-92). Como coloca Mandel (*apud* Campos, 1991, p. 144): “Conservando as conclusões da teoria ricardiana dos salários, Marx e Engels a superam amplamente (...) desenvolvem, de fato, uma teoria dos salários que parte do movimento da acumulação do capital.” Que fique claro, não estamos defendendo aqui que Marx se propõe a explicar o preço das mercadorias a partir do comportamento da oferta e da demanda – o próprio texto citado mais acima nesta nota menciona a importância do conceito de salário de subsistência, entretanto, ele não deixa de reconhecer a influência da oferta e da demanda sobre as oscilações dos preços das mercadorias, entre elas o trabalho. Conforme coloca Miglioli (2004, p. 121): “Embora o valor de uma mercadoria qualquer seja determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, o preço desta mercadoria no mercado pode desviar-se de seu valor, em função da diferença entre oferta e demanda [...] não há motivos para os teóricos marxistas se recusarem a utilizar as categorias de oferta e demanda.” A grande diferença de Marx em relação aos demais expoentes da escola clássica nessa questão, repetimos, é o fato de ele subordinar os movimentos da oferta e da demanda de forma radical à acumulação, em detrimento da demografia.

¹⁵ A natureza das duas tendências que determinaram o mercado de trabalho na Era Lula também induz a se adotar uma posição focada na acumulação. Apontamos acima que uma queda na taxa de participação foi a causa da queda no ritmo de crescimento da PEA e a taxa de participação é uma variável que depende da realidade econômica e/ou sociocultural e não da realidade demográfica. Um estudo do Banco Central do Brasil (BCB) confirma a relação entre a tendência de queda no ritmo de crescimento da PEA entre os anos 1990 e 2000 e a taxa de participação, pois demonstra que sua contribuição para o aumento da PEA cai quase 80%, ao passo que a contribuição do crescimento

determinantes dessa relação, na particularidade de seu funcionamento na economia brasileira, quanto Celso Furtado.¹⁶ Vejamos, então, qual a base ou as principais premissas que, para Furtado, regulam a relação entre acumulação e mercado de trabalho no Brasil e como, sob a lógica de tais premissas, podem-se ler as tendências do período 2003-2014.

2.1. Base geral da problemática furtadiana do subemprego estrutural

A problemática do emprego ou da ocupação da população trabalhadora no âmbito da produção capitalista é central para a teoria do subdesenvolvimento de Furtado. Está, como critério ou indicador básico, na raiz da própria identidade do subdesenvolvimento enquanto categoria ou representação teórica mais geral,¹⁷ tal qual é possível observar, por exemplo, em *Perspectivas da economia brasileira*, quando o autor afirma que a economia subdesenvolvida é aquela em que “a utilização completa do capital disponível não é suficiente para a completa absorção da força de trabalho” (Furtado *apud* Boianovsky, 2010, p. 250). Como comenta Bielschowsky (1998, p.140), em Furtado “o subdesenvolvimento [...] pode ser medido pela estrutura ocupacional”. Entretanto, para Furtado, tal problemática é muito mais do que uma unidade de medida, é um elemento lógico fundamental, um fator explicativo primordial que, apesar de ganhar protagonismo a partir das revisões e adaptações feitas em sua fase pós-estagnacionista, está de maneira geral na base de sua teoria do subdesenvolvimento. Na abordagem histórico-estrutural de Furtado, o subdesenvolvimento e o processo de acumulação/desenvolvimento que leva à sua superação são indissociáveis dessa problemática.¹⁸ Não há como analisar esse tipo de economia sem priorizá-la. Vejamos, então,

15

demográfico cai menos de 10% (BCB, 2012, p.96). Trata-se, assim, claramente, de uma tendência associada à participação e não à população, o que, em consequência, associa-a à realidade econômica, já que não houve nesse período uma grande mudança de caráter sociocultural. A relação da tendência de expansão do emprego formal com a atividade econômica é mais explícita, já que se trata, em 90% dos casos, de uma forma de ocupação vinculada a empresas, ou seja, vinculada a unidades produtivas cuja finalidade é vender sua produção no mercado para obter lucro.

¹⁶ Furtado é um pensador independente, que, conforme observa Iglesias (*apud* Bresser-Pereira, 2001, p. 21), “tira de cada autor ou corrente o que é, a seu ver, correto ou adaptável à realidade brasileira ou latino-americana”. No caso de Marx, conforme coloca Bresser-Pereira (2001, p. 25), a influência sobre Furtado se dá mais no âmbito do método, por meio da influência da dialética no método histórico-dedutivo desse último. Entretanto, conforme se verá na exposição a seguir, ainda que discorde de um ponto de vista lógico-estrutural, Furtado assume a posição de Marx, de se pensar o emprego e o mercado de trabalho radicalmente a partir da dinâmica da acumulação.

¹⁷ Como diz Boianovsky (2010, p. 12), Furtado não é o único dar ênfase à problemática do emprego ao teorizar e analisar o subdesenvolvimento. Rosenstein-Rodan, Nurkse e especialmente Lewis também o fazem, mas o primeiro é sem dúvida aquele que mais se aprofundou nessa problemática, sobretudo no que se refere à sua manifestação na economia brasileira.

¹⁸ Não temos espaço para discorrer sobre isso, mas é preciso destacar a orientação estruturalista de Furtado, “que seguiu à risca a atitude preconizada pelo mestre Prebisch” (Bielschowsky, 1998, p. 134). Por isso, o seu método, como diz Bresser-Pereira (2008, pp. 230-231), é histórico-dedutivo, pois ele “sempre inseriu a teoria na história, ou, mais precisamente, estava sempre derivando a

como tal problemática se apresenta para o autor, começando por um enfoque geral, depois enfatizando os textos de sua fase pós-estagnacionista para entender a cadeia de fatores.

Antes de qualquer coisa, é preciso ressaltar que em economias subdesenvolvidas a problemática do emprego é basicamente uma problemática de subemprego. Em *Análise do modelo brasileiro*, Furtado, falando mais especificamente do Brasil, coloca “o principal problema com que se defronta o país é o de gerar fontes de emprego para sua numerosa e crescente população, grande parte da qual vegeta em setores urbanos *marginalizados* ou na agricultura de subsistência” (Furtado, 1972, p. 8). Para ele, em economias subdesenvolvidas, “apenas uma fração da mão de obra disponível é absorvida pelas empresas” (Furtado, 2013, p. 130), “o contingente da população afetado pelo desenvolvimento se mantém reduzido” (Furtado, 2013, p. 140) e “a estrutura ocupacional se modifica com lentidão” (idem, *ibidem*). Impera, assim, nesse tipo de economia, uma realidade de desequilíbrio entre oferta e procura de trabalho, ou seja, uma realidade de subemprego, que deixa econômica e socialmente à margem parte significativa da população. Um detalhe essencial, contudo, é o de que, nessas economias, esse desequilíbrio, esse subemprego não é algo passageiro ou conjuntural, é *permanente*, tem caráter estrutural. Uma “economia subdesenvolvida [...] é uma economia em que existe subemprego estrutural” (Furtado, 1968b, p. 41). Em *Teoria e política do desenvolvimento*, livro que pode ser considerado o seu maior esforço de síntese teórica, no capítulo em que define o subdesenvolvimento, Furtado (1983, p. 148) afirma categoricamente que “esse quadro tem como traço estrutural básico a existência de um *excedente* de mão de obra, ou seja, de uma massa de população que *permanece* [grifo nosso] disponível para emprego,” e propõe que tal traço básico das economias subdesenvolvidas seja teoricamente representado por meio do – hoje clássico – conceito de “excedente estrutural de mão de obra” (Furtado, 1983, p. 153). Trata-se “de uma oferta de mão de obra que *permanece* [grifo nosso] elástica” (Furtado, 1972, p. 119), de “um desajustamento *permanente* [grifo nosso] entre oferta e procura” (Furtado, 1983, p. 149), de uma situação de “persistência [...] de um excedente estrutural de mão de obra” (Furtado, 2008, p. 107), de uma população que (de maneira contínua) *vegeta* – insistimos – em setores econômicos marginais.

Assim, *numa economia subdesenvolvida, a problemática do emprego é, na verdade, uma problemática de subemprego, mas não só: é mais, é especificamente uma problemática de subemprego estrutural, de um desequilíbrio permanente.*

teoria da observação histórica”. Isso significa que a base lógica das análises de Furtado não está dada pelos modelos das escolas tradicionais, mas por uma derivação a partir da observação da realidade brasileira, que incorpora e suprassume premissas dessas escolas para criar um modelo de análise histórica e estruturalmente contextualizado. Não é à toa que Furtado, como defende Coutinho (2019), foi atualizando o modelo histórico-estrutural que fundamenta as suas análises da economia brasileira na medida em que se atualizavam os fatos históricos.

É importante, para ajudar a demarcar esse ponto, ressaltar, rapidamente, a diferença da problemática do subemprego numa economia subdesenvolvida, dentro da perspectiva furtadiana, da problemática keynesiana do subemprego. Apesar da influência decisiva de Keynes na teoria do subdesenvolvimento de Furtado – influência que se traduz, sobretudo, na (própria) centralidade do problema do emprego e na adoção do princípio da demanda efetiva,¹⁹ o modelo proposto pelo primeiro foi formulado com base em economias desenvolvidas, de industrialização avançada, logo, não considera condições específicas à realidade histórico-estrutural das economias subdesenvolvidas. Como coloca Furtado, “o modelo keynesiano somente pode ser compreendido quando referido às economias capitalistas de mais avançada industrialização, o fato de que haja sido construído a um elevado nível de abstração não impede que se refira a uma realidade histórica bem definida” (Furtado, 1983, p. 73), logo, no que se refere à economia subdesenvolvida, o seu modelo “não infere todas as consequências necessárias” (Furtado, 1983, p. 53). Keynes, olhando para as nações desenvolvidas, assume como geral uma determinada relação de causalidade entre o volume das inversões e o nível de emprego, admitindo como constantes uma série de fatores que garantem a manifestação do efeito multiplicador, mas tais fatores não necessariamente existem numa economia subdesenvolvida, o que ocorre devido à presença de condições estruturais próprias, estranhas às economias que serviram de base ao seu modelo.²⁰ Daí que, “se bem que o modelo keynesiano possa ser ‘melhorado’ [...] não seria fácil estender o seu alcance a uma realidade histórica fundamentalmente diversa, como o caso de economias em que a oferta de mão de obra é elástica a curto e longo prazo” (Furtado, 1983, p. 73).

Certamente, a condição mencionada na citação acima, a de uma oferta elástica de mão de obra de caráter permanente (“elástica a curto e longo prazo”), é, para Furtado, a principal lacuna no modelo keynesiano, com um impacto lógico decisivo, conforme ele descreve no trecho a seguir, também retirado de *Teoria e política do desenvolvimento* (Furtado, 1983, p. 156):

No modelo keynesiano, investimento e consumo aumentam simultaneamente, pois a função consumo é estável. É a hipótese de uma situação inicial de subemprego. Na economia dualista [subdesenvolvida] que consideramos, o investimento pode aumentar sem que ocorra aumento de consumo [...] Os conceitos correntes de pleno-emprego e de desemprego não se aplicam ao caso.

¹⁹ Como diz Bresser-Pereira (2008, p. 226), “a presença de Keynes é marcante, na medida em que ele jamais esqueceu o lado da demanda em sua análise”. Nas palavras do próprio autor: “Eu trato o problema do subdesenvolvimento sempre do lado da demanda [...] esse aspecto é fundamental para ligar a industrialização ao contexto geral da economia, ao fenômeno da dependência, à especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento” (Furtado, 2008, p. 156).

²⁰ Para uma explicação sobre esse ponto, ver Rao (2010).

A problemática furtadiana é a do subemprego como situação permanente, enquanto problema estrutural, e a keynesiana a do subemprego como situação conjuntural, enquanto desemprego.²¹ Como veremos a seguir, uma economia que opera com excedente estrutural de mão de obra tem particularidades de distribuição de renda, de perfil de demanda e de perfil de inversões que impactam diretamente no processo de geração de empregos e de ocupação da força de trabalho. Vejamos então os determinantes ou condições, ou melhor, a cadeia de fatores da problemática furtadiana do subemprego estrutural. Se a realidade do mercado de trabalho nas economias subdesenvolvidas é a de um desequilíbrio permanente no mercado de trabalho ou de um subemprego estrutural, o que a reproduz?

A *primeira* e mais fundamental condição para tal reprodução é o dualismo, o reconhecimento de que há uma forte heterogeneidade na economia subdesenvolvida, com a atividade produtiva sendo desempenhada em padrões extremamente desiguais.²² Os autores que assumem tal suposição falam majoritariamente de um setor “atrasado” ou pré-capitalista e de outro “moderno” ou capitalista. Apesar de toda a polêmica envolvendo o dualismo,²³ “na análise que levou à concepção dualista o que se teve em mente foi demonstrar que a estrutura da economia subdesenvolvida é heterogênea, que existem dois planos de racionalidade, mas não dois setores independentes um do outro” (Furtado, 2008, p. 64). Para Furtado, o dualismo não significa separação ou divisão estanque entre os setores da atividade econômica que operam em padrões dessemelhantes, muito pelo contrário, há uma forte interação entre o núcleo capitalista e os setores atrasados e essa interação é decisiva para a reprodução do subdesenvolvimento. Para ele, “o capitalismo que existe na estrutura dualista apresenta certas

²¹ Escrevendo na primeira metade do Século XX, Keynes não poderia levar em conta o avanço do processo de dualização no mercado de trabalho dos países desenvolvidos e os seus impactos na teoria da demanda efetiva. Há, na perspectiva da economia política comparativa, diversas análises recentes que identificam uma tendência a dualização regulatória do mercado de trabalho em países como a Alemanha (Emmenegger *et al.*, 2012; Thelen, 2014). Comparações entre as características desse fenômeno recente e a histórica dualização dos mercados de trabalho latino-americanos, bem como da relação entre a emergência do precariado no norte global (Standing, 2011) e o nosso histórico subemprego estrutural, são uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida.

²² A diferença de produtividade é crucial nessa conceitualização, estruturada em diferenças de tecnologia e organização da produção, mas também o fundamento da atividade, estando uma orientada para a subsistência e a outra para a maximização do lucro.

²³ Dentre todas as críticas à “visão dualista” de Furtado, a mais contundente encontra-se no clássico de Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista*. Em nossa análise, Oliveira (2013), apesar de fazer uma enorme contribuição sobre como os setores “atrasados” são solidários à acumulação no núcleo industrial capitalista e abrir perspectivas de pesquisa inovadoras, exagera na sua interpretação sobre como a suposição do dualismo se manifesta na obra de Furtado, advogando que, para este último, o dualismo significaria a inexistência de interação entre os diferentes setores da economia subdesenvolvida. Conforme coloca Furtado, num texto redigido após a publicação da *Crítica*, “a palavra dualismo leva à confusão, pois parece sugerir que os dois modos de produção existem num mesmo espaço, mas independentemente um do outro [...] o que caracteriza o dualismo é exatamente a interdependência [...] o estudo do dualismo consiste exatamente em descobrir essa interdependência” (Furtado, 1983, p. 156).

especificidades cuja razão de ser está justamente nas inter-relações que mantém com o setor não capitalista” (Furtado, 1983, p. 156), sendo o subemprego estrutural de mão de obra justamente uma dessas especificidades.

Mas por que o dualismo contribui para a reprodução do subemprego estrutural? Porque proporciona ao núcleo capitalista uma reserva de mão de obra cujo padrão de vida é precário. Enquanto existir o dualismo, existirá o subemprego estrutural e é a existência do primeiro que torna permanente o segundo. A população ocupada e vivendo em precárias condições de vida nos “setores atrasados” representa uma massa de mão de obra “a ser explorada pelas empresas capitalistas” (Furtado, 2008, p.108), basta que o salário na empresa seja capaz de oferecer condições de vida um pouco melhores para que ela “se depare com uma oferta de mão de obra totalmente elástica” (Furtado, 2013, p. 129). O dualismo, assim, *ao possibilitar que setores atrasados convivam com o núcleo capitalista da economia, proporciona a este último uma reserva ilimitada de mão de obra que vive em condições precárias ou de pobreza, logo, barata*. É preciso, contudo, ter a clareza de que não se trata de um fato meramente quantitativo, seu aspecto qualitativo ou histórico-estrutural é fundamental. Como diz Furtado (2008, pp. 107-108):

O erro corrente de muitos economistas está em que procuram entender essa situação *em termos estritos de economia de mercado*: a abundância relativa dos fatores explicando os seus preços relativos. Cai-se de imediato em uma contradição, por que, sendo a terra tão abundante também, não se elevaram os salários, como ocorreu nos Estados Unidos, na Argentina e em outros países de características similares? [...] Para sair dessas perplexidades a que nos leva a economia convencional, é necessário descer ao nível da organização socioeconômica e de sua gênese histórica. [É preciso ter em conta que] a empresa mercantil que ocupou o território brasileiro o fez dentro de certo quadro institucional [...] E nesse quadro a população livre se reproduziu e cresceu numa *posição socioeconômica subordinada, dando origem a um potencial de mão de obra* que seria utilizado sempre que as condições de demanda externa e/ou interna o permitissem.

O que o autor ressalta é que “o tipo de organização econômico-social” (Furtado, 1968a, p. 57) que se formou no Brasil a partir da sua colonização, centrada num latifúndio escravista agroexportador com características semifeudais, criou uma série de barreiras econômicas e políticas ao desenvolvimento e à autonomia dos trabalhadores livres,²⁴ mantendo-os continuamente sem opção e dependentes. As alternativas que se apresentavam ao trabalhador livre eram ou integrar-se ao latifúndio, sob uma das múltiplas formas de

²⁴ Sobre as alternativas do trabalhador escravo não é preciso comentar.

relação não escravista de trabalho, ou abrir uma roça de subsistência por conta própria em terra improdutiva – alternativa condenada à penúria e à estagnação (Furtado, 2008, p. 109). Trata-se de uma estrutura político-econômica que impõe uma realidade de radical falta de opção e pobreza ao trabalhador livre.²⁵ E os efeitos dessa estrutura, na medida em que ela se alia ao crescimento demográfico e à omissão do poder público, “persistiu historicamente, não obstante a eliminação do trabalho servil, a absorção de fortes contingentes migratórios e a expansão e premência do mercado interno” (ibidem). Há, assim, na reserva de mão de obra que se forma no Brasil e em outros países subdesenvolvidos, uma especificidade, qual seja, a crônica falta de opção e pobreza dos trabalhadores que a integram, o que a faz mais do que uma “mera” superpopulação relativa, “no sentido de uma massa de desempregados” (Furtado, 2008, p. 108). O subemprego numa economia dualista não se trata, portanto, de um fenômeno conjuntural, de uma massa de desempregados que será ocasionalmente chamada a partir de uma mudança de ciclo econômico, mas sim de uma reserva permanente de mão de obra, composta por trabalhadores estruturalmente sem nenhuma opção e forçados a viver em condições de pobreza e, por isso, dispostos a aceitar qualquer coisa pelo seu trabalho.

Mesmo com a industrialização tal quadro não se altera, e, a partir de agora, com o avanço dessa discussão, destacaremos a *segunda* condição ou fator que, para Furtado, possibilita a reprodução de um desajuste permanente com excesso de mão de obra nos mercados de trabalho das economias subdesenvolvidas, qual seja, a de que, na industrialização dessas economias, “a tecnologia disponível orienta-se sistematicamente no sentido de poupar mão de obra” (Furtado, 1968a, p. 8). Na industrialização dos países subdesenvolvidos “o produtor interno é naturalmente levado a copiar as indústrias [do exterior] com as quais pretende concorrer” (Furtado, 1983, p. 148) e os “equipamentos que adquire foram desenhados em função do estágio de desenvolvimento das economias mais avançadas: visam permitir uma grande poupança de mão de obra” (idem, ibidem), o que significa que “todo o esforço [da industrialização] visando elevar a produtividade tende a entorpecer a absorção do excedente estrutural de mão de obra e acentua-se a já referida tendência a uma lenta modificação na estrutura ocupacional” (idem, ibidem). Em *Análise do modelo brasileiro*, referindo-se mais especificamente ao Brasil, Furtado (1972, p. 8) afirma:

A experiência brasileira põe em evidência a necessidade de estudos aprofundados do processo de industrialização nas condições de subdesenvolvimento. A tese, que

²⁵ Apesar da exposição não ter essa finalidade, no início do capítulo 3 de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* Furtado expõe com detalhe a matriz histórico-estrutural que marcou a “organização social que veio a prevalecer na América Latina, como resultado da colonização hispânica” (Furtado, 1968a, p. 52) e que gerou esse problema crônico de falta de opção ao trabalhador livre. Numa pesquisa em andamento, estamos tentando avançar na compreensão dessa matriz, aproximando-nos da ideia de uma *estrutura de inviabilização da pequena produção rural*.

prevaleceu imediatamente após a guerra, de que a industrialização constitui razão suficiente para absorção do subdesenvolvimento está certamente desacreditada [...] a tecnologia [...] e a intensificação da capitalização não significam necessariamente a criação de empregos.

Nos manuscritos do curso ministrado na PUC-SP em 1975, Furtado (2008, p. 107) coloca:

Em poucas partes da periferia do capitalismo terá avançado mais o processo de industrialização, sem que isso haja reduzido as disparidades entre a produtividade rural e urbana, eliminado, ou ao mesmo reduzido em termos relativos, [o total da] população que vive próxima ao nível de subsistência fisiológica ou que permanece subempregada nas zonas urbanas. A experiência brasileira tem servido para refutar as teses implícitas nas teorias correntes de desenvolvimento, que pretendem que a canalização do excedente para o setor industrial, ou melhor, para as atividades produtivas que absorvem progresso tecnológico, criaria finalmente um sistema homogêneo, vale dizer, um sistema em que o nível do salário tende a crescer em todas as atividades econômicas paralelamente com a produtividade média do sistema.

A industrialização, assim, por ser intensiva em capital e adotar tecnologias poupadoras de mão de obra oriundas dos países desenvolvidos, contribui para a perpetuação do dualismo e da reserva estrutural de mão de obra. Não temos espaço para nos aprofundarmos nessa discussão, por isso, importa aqui apenas destacar o claro papel que, para Furtado, o perfil de industrialização tem na reprodução da problemática do subemprego no Brasil.

Fazendo uma rápida recapitulação, nos últimos parágrafos expôs-se o seguinte: o dualismo e a industrialização substitutiva são condições básicas do subemprego tal qual ele se manifesta nos países subdesenvolvidos e assim o são, sobretudo por produzirem e reproduzirem, juntos, um *output* decisivo e singular – uma reserva permanente de mão de obra em condições de pobreza. É preciso agora tentar começar a expor como tal fenômeno interage com a acumulação, como ele influencia o processo de acumulação. Pelas condições histórico-estruturais discutidas acima, uma reserva de mão de obra vivendo em situação precária é fator constante na economia brasileira, mas como esse fenômeno contribui para impedir que a acumulação capitalista, mesmo a taxas elevadas, não acabe com a própria reserva e o problema do subemprego?

Contribui, primordialmente, por possibilitar a manutenção de “uma taxa de salário real próxima ao nível de subsistência” (Furtado, 1983, p. 156), ou seja, pela possibilidade de se manter uma pressão constante sobre a remuneração da força de trabalho, sustentando-a

num nível baixo. Como diz Furtado (2008, p. 107), ressaltando esse ponto: “O primeiro problema [...] da economia brasileira é o de que o salário é *baixo e permanece baixo historicamente não obstante o forte aumento da produtividade física nas unidades industriais*, em razão do excedente estrutural e mão de obra”. Para ele, “o nível do salário real era e é determinado pelas condições de vida [do setor de subsistência], sem conexão precisa com a produtividade do trabalho” (Furtado, 1983, p. 42); ou seja, “o nível do salário é condicionado pelo padrão de vida do trabalhador no setor pré-capitalista [...] e é estável” (Furtado, 1968a, p.83). Como comenta Bresser-Pereira (2008, p. 238), para Furtado, “quando se trata de um país em desenvolvimento, no qual existe um excedente estrutural de mão de obra [...] os salários são continuamente pressionados”.

A existência de uma reserva permanente de uma mão de obra que vive em condições de pobreza possibilita, portanto, que as empresas do núcleo capitalista da economia recrutem trabalhadores oferecendo baixos salários e isso mantém pressionada a remuneração média do trabalho. Esse baixo padrão de remuneração, por sua vez, retroalimenta aquilo que consideramos, aqui, a *terceira* condição básica do subemprego nos países subdesenvolvidos: uma forte concentração de renda. Como diz Furtado (2008, p. 72), “no subdesenvolvimento o custo de reprodução da mão de obra é estabelecido no setor pré-capitalista [...] e a distribuição de renda é condicionada por este fato”. A reserva permanente e sua pressão constante sobre a remuneração dos trabalhadores é, pois, nas economias subdesenvolvidas de industrialização avançada, “o principal fator na determinação da distribuição de renda no conjunto da economia” (Furtado, 2008, p. 111). Em *Teoria e política do desenvolvimento* o autor coloca a questão da seguinte forma (Furtado, 1983, p. 207):

Uma das características [...] das economias em que persiste um excedente estrutural de mão de obra é a elevada concentração de renda. Se bem que a taxa média de salário aumente, como resultado da transferência de mão de obra para o setor de salário mais alto, os aumentos de produtividade tendem a beneficiar principalmente o fator capital. Esse processo de concentração da renda continua e mesmo se agrava na fase de [industrialização] por substituição de importações.

A concentração de renda é um aspecto fundamental do subdesenvolvimento e, ainda antes que as questões distributivas se tornassem, na fase estagnacionista/pós-estagnacionista, mais centrais para Furtado, ele já afirmava (*apud* Bielschowsky, 1998, p.158):

Está estatisticamente demonstrado que o desenvolvimento implica desconcentração na distribuição de renda. Admite-se mesmo que seria impossível lograr o nível de renda *per capita* dos Estados Unidos, da Suécia ou da Austrália com uma estrutura

de distribuição de renda como a que prevalece no Brasil. Não há dúvida alguma de que o desenvolvimento exige e provoca essa redistribuição. Todavia, há fatores institucionais que podem impedir ou pelo menos entorpecer o desenvolvimento, atuando no sentido de manter a concentração de renda.

O excedente estrutural de mão de obra, portanto, por seu efeito de pressão constante sobre os salários, fomenta a reprodução da concentração de renda, que é uma característica histórico-estrutural básica das economias subdesenvolvidas e, sobretudo, do Brasil. E a concentração de renda entra na raiz do processo de acumulação, porque:

a concentração de renda [...] traz consigo certa evolução *no perfil da procura* [grifo nosso], que se traduz em dependência crescente com respeito à oferta externa de bens de consumo – requeridos pelas classes altas – e numa alocação de recursos ligada ao mercado interno que tende a elevar a dotação de capital por pessoa empregada [...] como consequência dessa evolução do perfil da procura [...] é fácil compreender que o excedente de mão de obra, longe de deixar-se absorver, tende a persistir (Furtado, 1983, p. 152).

Segundo Furtado (1972, p. 30), num país de industrialização avançada como o Brasil:

a estrutura [...] teve de adaptar-se, desde o início, a um perfil de demanda caracterizado por um desnível considerável entre os padrões de consumo da massa e os de uma pequena minoria; em razão da oferta totalmente elástica de mão de obra, os incrementos de produtividade engendrados pelo progresso técnico e pelas economias de escala puseram em funcionamento um mecanismo adicional de concentração de renda; como o poder de compra realmente em expansão era o dos grupos de altas rendas, o desenvolvimento tendeu a assumir a forma de introdução de novos produtos e diversificação do consumo.

A concentração de renda condiciona a composição demanda agregada, fazendo com que essa última assuma um padrão associado ao consumo das classes mais altas, um padrão que tende a ser atendido, em nível de oferta, ou por importações ou por uma produção doméstica com elevado coeficiente de capital por trabalhador empregado. Para Furtado (1983, p. 208), “o fato de que o desenvolvimento se realiza com expansão mais rápida do mercado formado pelo grupo de altas rendas significa que os investimentos tendem a se concentrar no setor onde a dotação de capital por pessoa ocupada é maior”; também significa que haverá uma constante expansão das importações. Em outras palavras, a demanda agregada, por conta da concentração de renda, assume a forma do padrão de consumo da elite, o qual fomenta importações e inversões pouco intensivas em mão de obra e, assim, não estimula a

criação interna de empregos e, dessa forma, reproduz o dualismo, a reserva permanente de mão de obra, os baixos salários e o subemprego. Para Furtado (1968a, p. 39), portanto, “a progressiva concentração de renda [...] ao condicionar a composição da demanda, [estimula a oferta externa de bens de consumo] e orienta os investimentos” a assumir um perfil com alta dotação de capital por pessoa ocupada, o que reproduz o problema de um subemprego estrutural. “*Mutatis mutandis*, determinada evolução do perfil da demanda – causado por crescente concentração de renda – pode acarretar um subemprego estrutural crescente de fatores” (Furtado, 1968b, pp. 42-43).

Tentemos então, agora, para finalizar essa subseção, sistematizar, a partir do exposto acima, a cadeia principal de fatores ou *a base geral da problemática do subemprego estrutural numa economia subdesenvolvida de industrialização avançada*, cerne da compreensão furtadiana do emprego e do mercado de trabalho no Brasil. Trata-se de uma realidade que tem *três premissas básicas*: i) uma estrutura econômica dualista; ii) uma industrialização por substituição de importações com alta dotação de capital por trabalhador empregado; e iii) uma forte concentração de renda. Essas três condições básicas estimulam *três processos essenciais*: a) a reprodução de uma reserva de mão de obra que vive em condições precárias; b) a pressão contínua sobre a remuneração média dos trabalhadores; e c) a estagnação de uma composição de demanda agregada associada ao padrão de consumo da elite. Essas condições e processos retroalimentam-se mutuamente, enquanto totalidade, numa causalidade dialética que reproduz o subemprego estrutural – e conseqüentemente o subdesenvolvimento – enquanto fenômeno.

24

2.2. Subemprego estrutural e acumulação de capital

Para nós, o ponto nevrálgico da relação entre a problemática furtadiana do subemprego estrutural e a acumulação é *a composição da demanda*. É através desse ponto – e da sua irradiação para os demais elementos da base geral da problemática – que o processo de crescimento econômico pode vir a ser determinante no que se refere ao nível de emprego e promover tendências favoráveis ao trabalhador no âmbito do mercado de trabalho. Nas palavras do próprio autor, “o impacto de um impulso de crescimento sobre a estrutura econômica (medido pelo grau de absorção do setor pré-capitalista) depende essencialmente da forma como ele condiciona o perfil da procura” (Furtado, 1983, p. 210). A composição da demanda é a variável fundamental.

Mas por quê? Porque a composição da demanda determina a composição da oferta. Os perfis de consumo da sociedade são atendidos de maneira diferente. Cada perfil de consumo mobiliza de maneira específica a estrutura e os fatores produtivos disponíveis na economia. Como dizem Furtado e Souza (1970, p. 475), “a variação do volume da demanda

e a variação de sua composição condicionam a composição da oferta e, portanto, a escolha da combinação produtiva dos fatores envolvidos na inversão”. Certos perfis de consumo podem estimular respostas intensivas no fator trabalho, outros podem estimular respostas intensivas no fator capital e alguns podem estimular nem uma nem outra, promovendo a importação de bens produzidos no exterior.

É preciso, assim, ressaltar a importância “da influência das variações da composição da demanda sobre a produtividade e o emprego” (Furtado & Souza, 1970, p. 464), ou seja, diferenciar qualitativamente com a devida atenção os tipos de demanda, por terem tais tipos efeitos diferentes sobre a acumulação e o emprego. Em artigo citado por esses autores, Spaventa (1967, p. 178) esclarece que “em modelos agregados, mudanças que ocorrem por dentro [*within*] nas variáveis e que não necessariamente alteram o seu valor agregado total são negligenciadas”, e no caso da demanda, uma maior desagregação é importante porque “os vários setores da economia têm diferentes níveis de produtividade e de progresso técnico” (idem, ibidem, pp. 178-179) e, por isso, operam com diferentes coeficientes de uso dos fatores, o que faz com que os resultados em nível de emprego sejam diferentes segundo o setor que se estimula pela variação da demanda em questão (idem, ibidem, p. 179).

A composição da demanda determina, portanto, a forma como se mobiliza e organiza a estrutura produtiva de um país, ou seja, determina a composição da oferta. Desse modo, a composição da *variação* da demanda determinará a composição das novas inversões a serem feitas – ou do crescimento – no âmbito da estrutura produtiva para atender a tal variação e, por isso, determinará o efeito dessas inversões na oferta agregada de emprego. A composição da variação da demanda, por determinar a forma das novas inversões, determina, por conseguinte, a geração líquida de novas vagas de emprego na economia. Em outras palavras, *a composição da demanda determina a relação entre crescimento econômico e mercado de trabalho.*

Como exposto na seção anterior, historicamente, a demanda assume no Brasil uma composição que fomenta sucessivamente a reprodução do subemprego. Por permanecer estagnada e associada ao padrão de consumo de uma pequena elite, essa composição estimula a oferta de bens de consumo produzidos em outros países e de bens produzidos internamente de forma intensiva em capital, inibindo, assim, que o processo de acumulação e crescimento se manifeste numa forma que maximize a geração de empregos e a absorção da força de trabalho. Desse modo, ao se manter restrita e associada ao consumo de uma elite, sem difundir-se, continuamente reproduzindo “o infraconsumo de grandes massas da população” (Furtado, 1972, p. 66), a composição da demanda não estimula nem o volume e nem o perfil de inversões/oferta que poderia resultar na geração de empregos e numa maior ocupação da população.

Assim, diante dessa relação entre composição da demanda, perfil da oferta e saldo líquido de empregos, Furtado defende que “uma modificação do perfil da demanda [...] pode ter maior significação para a absorção do excedente estrutural de mão de obra do que uma intensificação do processo de formação de capital” (Furtado, 1983, p. 153). Para “romper os obstáculos estruturais [...] torna-se necessário atuar sobre a procura, cujo perfil deve ser modificado” (Furtado, 1983, p. 213). Em *Um projeto para o Brasil*, ele explica que “a hipótese de base [...] é a seguinte: existe no sistema econômico deste país uma deformação estrutural que se traduz no perfil da demanda global” (Furtado, 1968b, p. 15). Ele defende que objetivo central de uma política de desenvolvimento deve ser “o de obtenção de um perfil de distribuição da renda compatível com os objetivos de bem-estar social e transformação da estrutura econômica” (idem, ibidem, p. 52) e que isso está intimamente ligado ao sistema de incitações da demanda que prevalece na economia.

Antes de encerrar essa subseção do artigo, é preciso mencionar que, além da composição da demanda, há outra condição que para Furtado também é essencial caso se almeje fomentar um processo de crescimento econômico capaz de aumentar o grau de absorção da força de trabalho da economia: uma *elasticidade da curva de oferta*, ou “um certo grau de flexibilidade da oferta global” (Furtado, 1983, p. 212). Segundo o autor, num processo de acumulação/crescimento estimulado por uma determinada variação na demanda “essa maior flexibilidade da oferta é essencial”, pois evita “desequilíbrios que podem ter consequências secundárias de várias ordens, inclusive sobre a balança de pagamentos” (idem, ibidem, p. 212). Essa flexibilidade, como se verá imediatamente a seguir, também foi fundamental para o processo de acumulação/crescimento que estimulou a absorção de força de trabalho na Era Lula.

26

3. Breve análise da composição da demanda e da acumulação na Era Lula

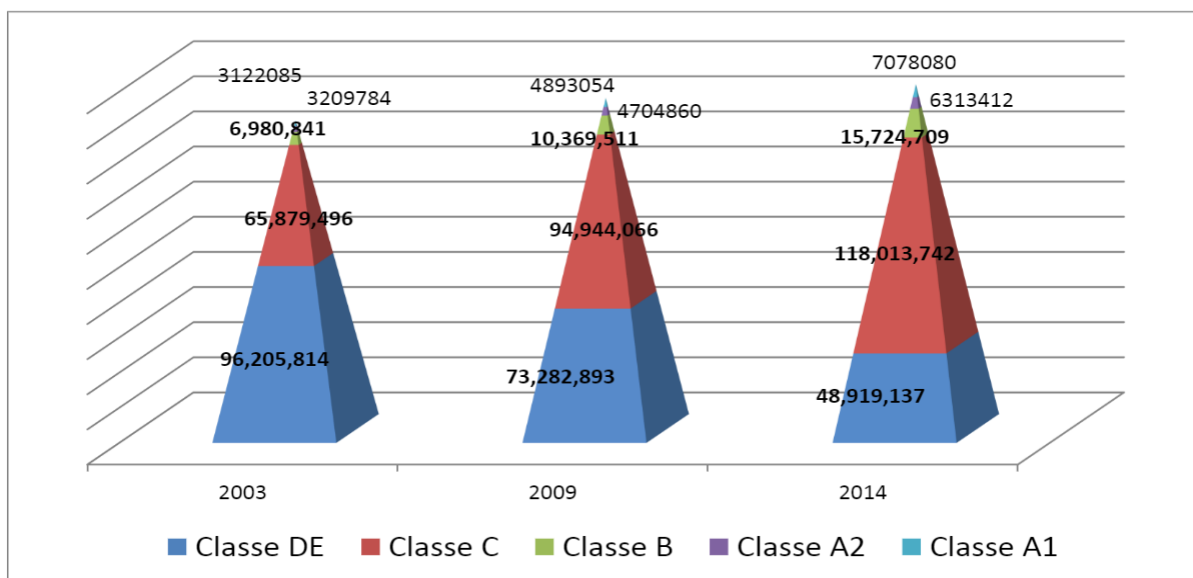
Essa seção visa analisar alguns indicadores de variação de demanda agregada, emprego e acumulação na Era Lula para apresentar alguns indícios que apontam para a validade das linhas de análise apresentadas na seção anterior, com base na revisão da obra de Furtado.

A variação na demanda agregada, durante a Era Lula, resultou, sobretudo, de um aumento do consumo das pessoas da parte de baixo da pirâmide social, tendo, assim, tal variação, uma composição particular, centrada nos setores de bens e serviços de consumo de massa, perfil que, por sua vez, estimulou um perfil particular de acumulação, marcado, como vimos na primeira seção do artigo, por uma elevada participação relativa do fator trabalho.

Em uma pesquisa seminal para se entender a dinâmica da acumulação no período, Medeiros (2015, p. 68) aponta que “as principais transformações ocorridas de renda foram a

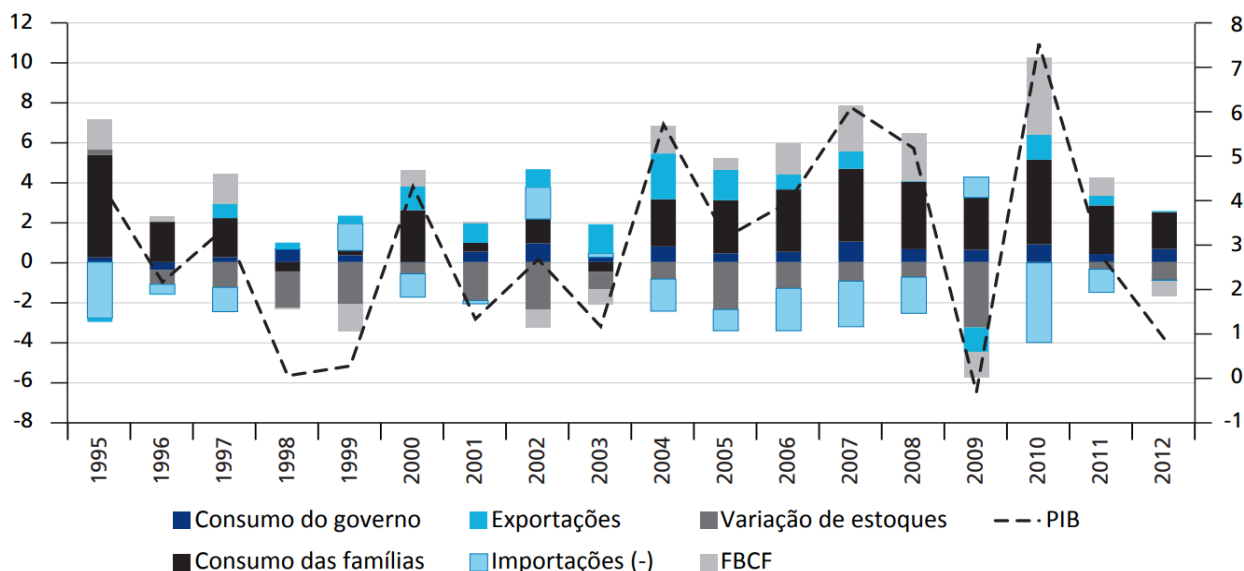
elevação do poder de compra dos 25% mais pobres e [...] o aumento de 30% na renda dos 50% mais pobres”. Ele demonstra ainda que, com essa evolução, houve um estímulo de determinado perfil de consumo na sociedade brasileira, com um aumento na participação das despesas com transporte, higiene e cuidados pessoais, saúde, serviços e eletrodomésticos, os quais, entre 2003 e 2009 cresceram 6,5%, 10,1%, 11,0%, 10,2% e 4,1%, respectivamente, bem acima da média da economia (Medeiros, 2015, p. 70).

Gráfico 3. Pirâmide populacional por classes econômicas. Brasil: 2003-2014.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaborado por CPS/FGV. Extraído de Neri (2014, p. 28).

Gráfico 4. Contribuição ao crescimento por componentes da demanda. Brasil: 1995-2012.

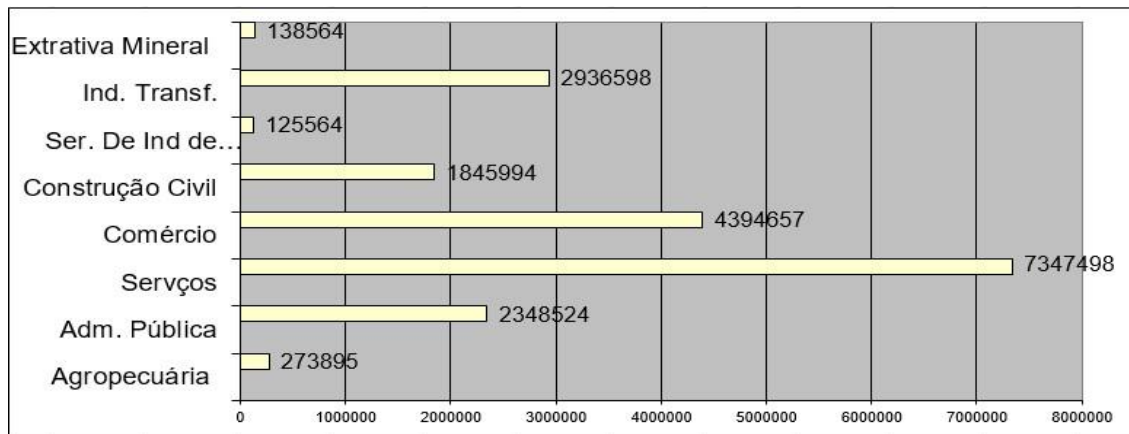


Fonte: IBGE-SCN. Dados organizados pelo Ipeadata. Extraído de Amitrano (2015, p. 9).

A sincronicidade entre a evolução da distribuição da população entre as classes econômicas (Gráfico 3) e a evolução do consumo das famílias entre componentes da demanda (Gráfico 4) ajuda a ressaltar o perfil particular de variação da composição da demanda na Era Lula.

O reflexo da variação da composição da demanda na dinâmica da acumulação é explícito. Entre 2003 e 2013, segundo indicadores disponíveis no Ipeadata com base nas Contas Nacionais, o produto do setor de serviços cresceu 38,36%, 33% a mais que a indústria (que cresceu 28,86% no período) e 25% a mais que a agropecuária (que cresceu 30,86% no período). Devido à maior participação relativa do trabalho no setor de serviços, a discrepância em relação à variação do nível de emprego foi maior: os serviços (que englobam também o comércio e a administração pública) tiveram uma variação relativa no emprego formal quase 60% maior do que a indústria e quase 95% maior do que a agropecuária.

Gráfico 5. Saldo líquido de empregos formais por setor de atividade. Brasil: 2004-2013.



Fonte: MTE-RAIS. Elaboração própria.

É praticamente unânime o reconhecimento de que o aumento do ritmo de crescimento da economia brasileira nos anos 2000 influenciou decisivamente o mercado de trabalho e as condições de ocupação (Baltar, 2015; Baltar *et al.*, 2010; Cardoso Jr., 2007; Baltar, Moretto, & Krein, 2006). Conforme coloca Baltar (2015, p. 7), “um crescimento do produto interno bruto (PIB) mais vigoroso e com inflação mais baixa, a partir de 2004, aumentou a geração de empregos assalariados, contribuiu para a formalização dos contratos de trabalho e elevou o poder de compra”. O ritmo de crescimento da acumulação acelerou-se a partir de 2004 e manteve-se alto até 2011, com a exceção do ano de 2009, quando o país sentiu os efeitos da crise financeira de 2008. Em 2012 e 2013 esse ritmo diminuiu e em 2014 fica praticamente estagnado, com o país já entrando na recessão que marcará os anos de 2015 e 2016. Entretanto, o mero foco no ritmo de crescimento é insuficiente para entender esse período.

Ao todo, entre 2003 e 2014, a economia cresceu aproximadamente 42%, o que representa um crescimento anual médio da ordem de 3,5%.²⁶ Entre 1992 e 2003 o crescimento econômico total foi de 30%, com uma média anual de 2,5%. Comparando novamente com o período imediatamente anterior (Tabela 5), observamos um crescimento econômico 40% maior, o que sem dúvida influenciou a evolução do mercado de trabalho, contudo, em especial no que se refere ao ritmo de expansão do emprego formal, os resultados entre os dois períodos são muito discrepantes em relação a essa diferença no ritmo do crescimento econômico: a expansão do emprego formal foi 135,74% maior, passando de 22,05% entre 1992-2003 para 51,98% entre 2003-2014.

Tabela 5. Crescimento do PIB e do emprego formal. Variação relativa entre os anos.
Brasil: 1992, 2003 e 2014.

	Δ 2003 / 1992 (a)	Δ 2014 / 2003 (b)	(b) / (a)
Crescimento do PIB	30,00%	42,00%	+40,00%
Crescimento do emprego formal	22,05%	51,98%	+135,74%

Fonte: IBGE. (Dados retirados do Ipeadata, elaboração própria).

Temos, assim, uma diferença de ritmo de crescimento de mais de 200%. Passamos de um período em que o emprego com carteira cresceu num ritmo inferior ao produto para um período no qual o emprego com carteira cresceu num ritmo superior ao produto. Isso nos induz a concluir que a mudança de magnitude de variação ou o aspecto meramente quantitativo do crescimento econômico é insuficiente para explicar o aumento do emprego com carteira (também a queda na expansão da PEA, como veremos), já que o mesmo não só passou a aumentar num ritmo superior ao produto, como também se reverteu uma realidade em que essa forma de ocupação crescia menos que produto. A composição da acumulação teve aí, portanto, um papel determinante.

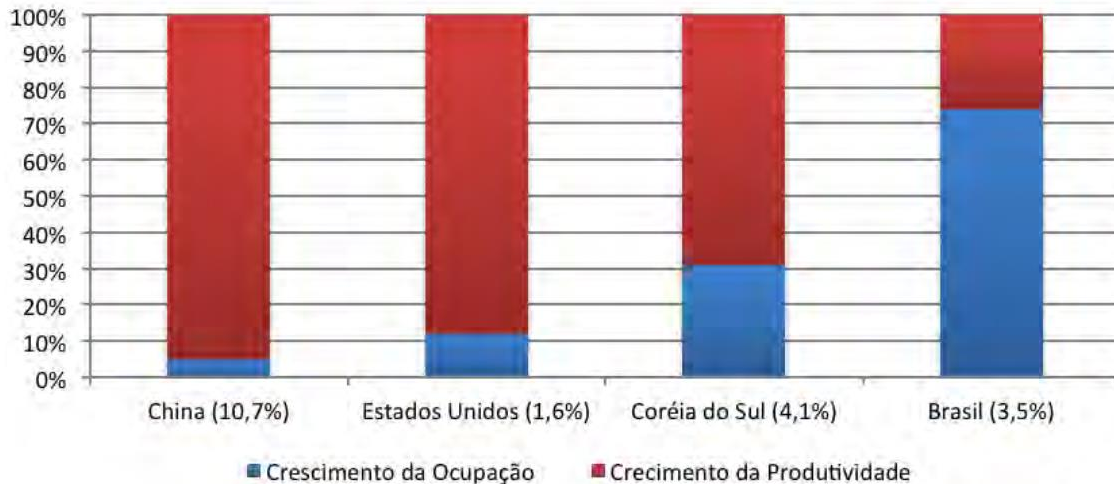
A composição da acumulação é algo difícil de mensurar e não há atualmente um indicador oficial, específico, sobre o tema, entretanto, alguns economistas têm se utilizado de operações econométricas para decompor o crescimento do país, o que pode nos dar uma imagem da composição da acumulação durante a Era Lula.

Segundo Macedo (2014, p.107), "é possível constatar que, no Brasil, o crescimento do PIB nesse período [2000 a 2011] foi mais puxado pelo aumento do pessoal ocupado (70%)

²⁶ Todas as informações sobre crescimento econômico são do Sistema de Contas Nacionais (IBGE) e foram retiradas do Ipeadata.

do que pelos ganhos de produtividade (30%)” (Gráfico 6). Esse desempenho contrasta com o observado entre 1940-2000, quando, segundo Bacha e Bonelli (2001, p. 4), os ganhos de produtividade explicaram 56% do crescimento do PIB da economia brasileira, enquanto a outra parcela (44%) requereu o aumento da ocupação.

Gráfico 6. Decomposição (%) do crescimento do PIB. Brasil: 2000-2011.



Fonte: Total Economy Database. Extraído de Macedo (2014, p. 108).

Em outro estudo, De Negri e Cavalcante (2013) utilizam uma equação usada por Bonelli (2005) e fazem a decomposição do crescimento do PIB *per capita* entre 1992-2001 e entre 2001-2009 com base em dados da PNAD e do Sistema de Contas Nacionais. Eles constatam que (De Negri & Cavalcante, 2013, p. 10):

A diferença fundamental entre os dois períodos diz respeito aos fatores que mais explicam o crescimento do PIB *per capita*. Enquanto mais de 90% do crescimento no período 1992-2001 se deveu à produtividade do trabalho, no período 2001-2009 apenas pouco mais da metade do crescimento do PIB *per capita* foi explicado pelos ganhos de produtividade, e o restante foi devido ao aumento das taxas relacionadas ao mercado de trabalho. Assim, as taxas médias de crescimento da produtividade nos períodos 1992-2001 e 2001-2009 são muito semelhantes, mas, no segundo período, a contribuição das variáveis relacionadas ao mercado de trabalho e a variáveis demográficas – que, na década anterior, havia se limitado a menos de 7% – é superior e explica o crescimento mais acelerado do PIB *per capita*. Desse modo, foram a incorporação de um grande contingente populacional ao mercado de trabalho e a redução dos níveis de desemprego que explicaram uma parcela significativa do crescimento do PIB *per capita* no período entre 2001 e 2009.

Para concluir, gostaríamos de mencionar ainda um indicador proposto por Bacha e Bonelli (2013, p. 245) para expressar a relação mão de obra/capital em uso. No cálculo dos autores, o indicador segue uma trajetória declinante contínua de 1947 até 2001, com o crescimento do uso do capital sempre superior ao do uso do trabalho. De 2003 a 2009, pela primeira vez, rompe-se essa trajetória e a relação de ordem se inverte, com o uso do trabalho superando o do capital em praticamente todo o período (idem, ibidem).

Os três trabalhos mencionados acima indicam duas coisas: a participação dominante do emprego do fator trabalho no crescimento econômico nos anos 2000 e um significativo crescimento dessa participação em relação aos anos 1990. E, para nós, isso se explica a partir da composição da demanda.

O perfil da demanda doméstica da economia brasileira, ao longo do século XX, esteve vinculado à procura das classes mais altas, o que faz com que o fluxo de renda aplicado no abastecimento dessa demanda direcione-se à importação de produtos ou à adoção interna de inversões produtivas altamente capitalizadas. A melhoria sustentada da renda das classes menos favorecidas estimulou a procura e o comércio de serviços e bens de consumo de massa, cuja oferta é essencialmente doméstica e marcada, sobretudo no setor de serviços/comércio, por um nível menor de capitalização e por uma alta participação do fator trabalho.

A composição da variação da demanda foi, assim, essencial para o perfil da acumulação que vigorou durante a Era Lula. Contudo, para que a acumulação, incentivada por uma determinada composição da procura, possa reproduzir-se, é preciso haver uma compatibilidade com a disponibilidade dos fatores requeridos, como também destaca Furtado e se mencionou rapidamente acima. Como vimos na primeira seção, o principal fator requerido pelas inversões estimuladas pela evolução da demanda na Era Lula foi justamente o trabalho, o que é lógico, haja vista o elevado crescimento do setor de serviços, do comércio, da construção de edifícios e do setor de bens de consumo não duráveis, setores de baixa capitalização. A evolução do perfil da demanda no período estimulou, portanto, a procura por força de trabalho, mais especificamente uma força de trabalho urbana e de baixa qualificação, exatamente aquele fator de produção de que dispomos em abundância e a baixos preços relativos. Além disso, é preciso destacar, sobre esse ponto, a importância da queda do dólar e dos incentivos à agricultura familiar e à produção de alimentos, o que ajudou a segurar a inflação e, conseqüentemente, os custos de remuneração do fator trabalho.

É preciso ressaltar que a constatação feita aqui – sobre a elasticidade na curva de fatores – não se aplica ao setor industrial, o qual, até o ano de 2009 respondeu de maneira importante ao estímulo dado pela evolução da demanda, mas a partir de então, devido, sobretudo, à interação entre a valorização do câmbio, o aumento da competitividade

internacional, ao aumento do custo de reprodução da mão de obra, iniciou uma trajetória de regressão que se arrasta até os dias atuais.²⁷

Foi, portanto, a composição do crescimento da demanda, aliado a uma alta disponibilidade dos fatores requeridos pelas inversões que responderam a tal crescimento, o que, em nossa visão, fundamentou o perfil de acumulação vigente na Era Lula e os resultados deste no mercado de trabalho. Depois da divulgação de inúmeras pesquisas, entre as quais gostaríamos de destacar as de Carvalho (2018), Medeiros (2015), Baltar (2015), Lobo (2014), Paula, Modenesi e Pires (2013) e Barbosa e Souza (2010), parece hoje estar clara a responsabilidade da atuação do Estado sobre esse perfil particular de crescimento da demanda. Apesar do papel decisivo desempenhado pelo cenário externo, que elevou a arrecadação do governo e criou o espaço fiscal necessário para a expansão dos investimentos públicos e das políticas de transferência de renda, foram as decisões do governo de se implementar um conjunto de medidas o que desencadeou o crescimento da demanda no perfil acima. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: i) o Programa Bolsa-Família; ii) a política de valorização do salário mínimo; iii) o aumento da oferta de crédito; iv) as políticas de incentivo à agricultura familiar; e v) a expansão do investimento público. Como o material hoje existente já é muito rico, não vamos nos alongar aqui demonstrando a importância de cada uma dessas medidas, e com isso, encerramos esta seção.

4. Contribuições para uma economia política do crescimento com inclusão social

O DNA do crescimento econômico brasileiro é o da exclusão. Quase sempre, em nossa história, produziu-se simultaneamente crescimento e concentração de renda, com um aumento desproporcional entre produto e emprego. A partir do que foi exposto acima sobre a experiência inclusiva no período entre 2003 e 2014 e sobre a teoria furtadiana do subdesenvolvimento, gostaríamos de concluir sugerindo os seguintes encaminhamentos como pontos de uma possível agenda de pesquisa:

1. Consolidar conceitos e modos de apreender a relação entre os temas estudados para obter um referencial teórico básico, de caráter estruturalista, orientado para o problema da sustentação de um perfil de investimento e para a promoção do crescimento com inclusão social.
2. Aprofundar a análise da relação renda/emprego por setor de consumo (levando em conta a composição da demanda desagregada).

²⁷ Para uma explicação detalhada sobre isso, ver Oreiro e Feijó (2010).

3. Dimensionar efeitos de variações de consumo sobre o emprego por atividade econômica, ocupação e perfil de escolaridade/qualificação profissional.
4. Experimentar e validar critérios de desagregação da demanda.
5. Propor e consolidar critérios básicos para pesquisas de campo sobre o perfil do consumo das famílias brasileiras.
6. Aprofundar o uso concomitante das duas principais bases de dados sobre consumo existentes, o Sistema de Contas Nacionais (SCN) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ambas produzidas pelo IBGE.
7. Explorar a PNAD e a PNAD Contínua para estudos sobre a relação entre a estrutura ocupacional e a renda familiar.
8. Mapear a relação renda/emprego por setor de consumo em nível regional e estadual.
9. Avançar na construção de indicadores de territorialidade do emprego e da ocupação, capazes de orientar os investimentos e o consumo dos governos estaduais e municipais.
10. Propor métodos de avaliação do impacto de programas estaduais e municipais de transferência de renda e de segurança alimentar e nutricional sobre o nível de emprego (ocupação) e o consumo nos respectivos territórios.

Referências

- Amitrano, C. (2015) Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir de dados da RAIS. (Textos para Discussão IPEA, n. 2033), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3633/1/td_2033.pdf
- Bacha, E., & Bonelli, R. (2001). Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo. (Seminários Dimac, n. 52), Diretoria de Estudos Macroeconômicos, IPEA, Brasília. http://www.worldcat.org/title/crescimento-e-produtividade-no-brasil-o-que-nos-diz-o-registro-de-longo-prazo/oclc/51940699&referer=brief_results
- Bacha, E., & Bonelli, R. (2013). Crescimento brasileiro revisitado. In F. Veloso *et al.* (Orgs.), *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira* (cap. 8). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Baltar, P. (2015). Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In A. Calixtre, A. Biancarelli, & M. Cintra (Eds.), *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA.
- Baltar, P., & Leone, E. (2012). O mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000. *Carta Social e do Trabalho*, (19), 16-39. <https://www.cesit.net.br/carta-19-o-mercado-de-trabalho-no-brasil-nos-anos-2000/>

Baltar, P., & Leone, E. (2015). Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, 29(85), 53-67. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108922>

Baltar, P., Moretto, A., & Krein, J. D. (2006). O emprego formal no Brasil: início do século XXI. In J. D. Krein *et al.* (Orgs), *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr.

Baltar, P., Santos, A., Krein, J., Leone, E., Proni, M., Moretto, A., Maia, A., & Salas, C. (2010). Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience. (GLU Working Papers, n. 9), Global Labour University. https://global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No.9.pdf

Baltar, P., Souen, J., & Campos, G. (2017). Emprego e distribuição da renda. (Texto para Discussão n. 298), Instituto de Economia, Unicamp, Campinas. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3527/TD298.pdf>

Banco Central do Brasil. (2012). Impacto das alterações demográficas sobre a taxa de desemprego. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, 6(4), 95-99. <https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/10/br201210b1p.pdf>

Barbosa, A. F. (2014). "Era Lula", "desenvolvimentismo" e as desigualdades estruturais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (58), 135-136. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p135-136>

Barros, R., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In R. Henriques, R. (Org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil* (pp. 21-47). Brasília: IPEA.

Barros, R., Carvalho, M., & Franco, S. (2006). Pobreza multidimensional no Brasil. (Texto para Discussão IPEA n. 1227), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4372&catid=308

Bielschowsky, R. (1998). *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Boianovsky, M. (2010). A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. *History of Political Economy*, 42(2), 221-266. <https://doi.org/10.1215/00182702-2010-002>

Bonelli, R. (2005). O que causou o crescimento econômico no Brasil? In F. Giambiagi, *et al.* *Economia brasileira contemporânea: 1945-2004* (pp. 307-334). Rio de Janeiro: Elsevier.

Brito, A. S. (2015). *O papel do salário mínimo na redução da desigualdade na distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2013*. (Tese de Doutorado em Economia), Universidade Federal Fluminense, Niterói. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101127.pdf>

Brito, A., Foguel, M., & Kerstenetzky, C. (2017). The contribution of minimum wage valorization policy to the decline in household income inequality in Brazil: A decomposition approach. *Journal of Post Keynesian Economics*, 40(4), 540-575. <https://doi.org/10.1080/01603477.2017.1333436>

Bresser-Pereira, L. C. (2000). Método e paixão em Celso Furtado. In L. C. Bresser-Pereira, & J. M. Rego (Orgs.), *A grande esperança em Celso Furtado* (pp. 19-43). São Paulo: Editora 34.

Bresser-Pereira, L. C. (2008). Celso Furtado e a teoria econômica. In C. Furtado, *Economia do desenvolvimento: Curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Campos, S. (1991). A questão dos determinantes dos salários nas teorias clássica, marxista e neoclássica. *Ensaio FEE*, 12(1), 131-157. <https://core.ac.uk/download/pdf/235711997.pdf>

Cardoso Jr., J. C. (2007). De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal (Texto para Discussão IPEA n. 1310), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1417/1/TD_1310.pdf

Cardoso Jr., J. C., & Hamasaki, C. S. (2015) Padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho e proteção social: A experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000). (Texto para Discussão IPEA, n. 2021), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24283

Coutinho, M. C. (2019). Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. *Economia e Sociedade*, 28(3), 741-759. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8658155>

Dedecca, C. S. (2007). A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa. In R. P. Barros, M. N. Foguel, & G. Ulyssea (Orgs.), *Desigualdade de renda no Brasil: Uma análise da queda recente* (vol. 1, pp. 299-330). Brasília: IPEA.

De Negri, F., & Cavalcante, L. R. (2013). Evolução recente dos indicadores de produtividade no Brasil. *Radar*, (28), 7-15. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5231/1/Radar_n28_Evolu%c3%a7%c3%a3o.pdf

Emmenegger, P., Hausermann, S., Palier, B., & Seeleib-Kaiser, M. (2012). *The age of dualization: The changing face of inequality in deindustrializing society*. New York: Oxford University Press.

Furtado, C. (1968a). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Furtado, C. (1968b). *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.

Furtado, C. (1972). *Análise do modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra.

Furtado, C. (1983). *Teoria e política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural.

Furtado, C. (2008). *Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Furtado, C. (2013). Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In R. Freire D'Aguiar (Org.), *Essencial Celso Furtado* (pp. 113-140). São Paulo: Penguin.

Furtado, C., & Souza, A. (1970). Los perfiles de la demanda y de la inversión. *El Trimestre Económico*, 37(147), 463-487. <https://www.jstor.org/stable/20856146>

Fagnani, E., & Calixtre, A. (2017). A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). (Texto para Discussão, n. 295), Instituto de Economia, Unicamp. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3524/TD295.pdf>

IPEA. (2012). A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda. (Comunicado IPEA n. 155), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15611

Jannuzzi, P. M., Sousa, M. F., Vaz, A. N. C., Fonseca, J. C. G., & Barbosa, M. V. S. (2014). Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: Aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. In T. Campello, T. F. Silva, & P. V. Costa (Orgs.), *O Brasil sem miséria* (vol. 1, pp. 763-791). Brasília: MDS.

Lobo, V. (2014). Dois dogmas do Lulismo. *Política e Sociedade*, 13(26), 133-161. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n26p133>

Lobo, V., & Anze, V. (2017). O primeiro governo Dilma e a retração do Lulismo. *Cadernos do Desenvolvimento*, 12(20), 61-97. <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/30>

Lobo, V.; Anze, V., Pateo, F. (2019). Economia política do trabalho na Era Lula: Análise da experiência recente de melhoria nas condições de ocupação da força de trabalho. *Revista da ABET*, 18(1), 82-103. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/44285/27549>

Macedo, M. (2014). O que vem acontecendo com a produtividade da economia brasileira? In M. P. P. Oliveira, *et al.* (Orgs.), Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho: Coletânea de artigos (Vol. VI: produtividade e desenvolvimento, pp. 75-119). Brasília: IPEA; ABDI. <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/abdi-ipea-volume6.pdf>

Marx, K. (2006). *O capital* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Miglioli, J. (2004). *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: Hucitec. (Primeira edição publicada em 1985).

Morgan, M. (2017). Extreme and persistent inequality: New evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. (WID.world Working Paper Series n. 2017/12), Wealth & Income Database. <https://wid.world/document/extreme-persistent-inequality-new-evidence-brazil-combining-national-accounts-surveys-fiscal-data-2001-2015-wid-world-working-paper-201712/>

Neri, M. (1997). Dynamics of income distribution in Brazil. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Recife, 10 a 12 de dezembro.

Neri, M. (2011). *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva.

Neri, M. (2014). A nova classe média: O seguro e o lado brilhante da base da pirâmide. <https://docplayer.com.br/706152-A-nova-classe-media-o-seguro-e-o-lado-brilhante-da-base-da-piramide-marcelo-neri-mcneri-fgv-br.html>

Medeiros, M., Souza, P. H. G. F., & Castro, F. A. (2015). O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. *Dados*, 58(1), 7-36. <https://doi.org/10.1590/00115258201537>

Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, L. S. (2010). Três ensaios sobre pobreza multidimensional. (Tese de Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia), UFRJ, Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=255618&view=detalhes>

Oreiro, J. L., Feijó, C. (2010). Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, 30(2), 219-232. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>

Paula, L. F., Modenesi, A., & Pires, M. (2013). A tela de contágio das duas crises e as respostas da política econômica. In J. L. Oreiro et al. (Eds.), *Dossiê da crise IV: A economia brasileira na encruzilhada* (pp. 58-66). Associação Keynesiana Brasileira (AKB). https://jlcureiro.files.wordpress.com/2013/10/dossic3aa_economia_na_encruzilhada.pdf

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.

Ramos, C. A. (2012). *Economia do trabalho: Modelos teóricos e debate no Brasil*. Curitiba: CRV.

Ramos, E. (2019, fevereiro 24). Economista Tânia Bacelar faz análise do ano de 2019. *Folha de Pernambuco*, Recife. <https://www.folhape.com.br/economia/economista-tania-bacelar-faz-analise-do-ano-de-2019/97239/>

Rao, V. (2010). O investimento, a renda e o multiplicador numa economia subdesenvolvida. In A. Agarwala, & S. Singh (Orgs.), *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contratempo. (Obra original publicada em 1958).

Saboia, J. (2015). Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil: Potencial e limites. In N. Barbosa, S. Pessoa, & R. L. Moura (Orgs.), *Política de salário mínimo para 2015-2018: Avaliações de impacto econômico e social* (pp.65-82). Rio de Janeiro: Elsevier.

Saboia, J., & Hallak Neto, J. (2018). Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. *Economia e Sociedade*, 27(1), 265-285. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n1art9>

Souza, P. H. (2016). *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. (Tese de Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22005>

Spaventa, L. (1967). Effects of changes in the composition of demand on the productivity of labor and employment. *International Economic Papers*, (12), 178-195.

Standing, G. (2011). *The precariat: The new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic.

Thelene, K. (2014). *Varieties of liberalization and the new politics of social solidarity*. New York: Cambridge University Press.

Wajnman, S. (1997). Tendências prospectivas de crescimento da população economicamente ativa no Brasil. (Texto para Discussão CEDEPLAR, n. 111), UFMG, Belo Horizonte. <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20111.pdf>

Recebido em 29 de julho de 2020.

Revisado em 02 de março de 2021.

Aprovado em 10 de maio de 2021.